



# OS IMPACTOS SOCIO-ECONÓMICOS DOS MEGAPROJETOS NA PROVÍNCIA DE TETE: CRIAÇÃO DE TRABALHO DIGNO E PAPEL DO SINDICATO

Gli impatti socio economici de grandi investimenti nella Provincia di  
Tete: Creazione di lavoro dignitoso e ruolo del sindacato

Ricerca realizzata da  
**Chiara Spatafora**

in collaborazione con  
*Dipartimento di Scienze Politiche e Sociali dell'Università degli Studi di Bologna*  
*Observatório do Meio Rural de Maputo*



Con il contributo di:



**OS IMPACTOS SOCIO-ECONÓMICOS DOS MEGAPROJETOS NA PROVÍNCIA DE TETE:  
CRIAÇÃO DE TRABALHO DIGNO E PAPEL DO SINDICATO**



## INDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>Enquadramento da pesquisa</b> .....	5
<b>1. Enquadramento teórico da pesquisa</b> .....	6
<b>2. Contextualização da Província de Tete: o <i>boom</i> econômico e a expectativa de criação de emprego</b> .....	9
<b>3. A fase de implosão</b> .....	14
<b>4. Oportunidade de trabalho e trabalho digno: o papel do sindicato</b> .....	17
4.1 <i>Descrição do grupo alvo</i> .....	17
4.2 « <i>O sindicato nem existia naquela altura</i> » .....	20
4.3. « <i>Se você se rebela prejudica os outros, se ficas calado é cúmplice</i> » .....	21
<b>5. Criação de trabalho e trabalho digno</b> .....	23
<b>CONCLUSÃO</b> .....	25



A realização da pesquisa representa uma das atividades inscrita dentro do projeto do ISCOS Emilia-Romagna financiado pela Regione Emilia-Romagna no âmbito do seu programa de cooperação internacional do ano 2018. O projeto chama-se “RIGHTS FOR YOUTH - O trabalho digno cria desenvolvimento humano. Formação profissional e criação de oportunidade de trabalho em Moçambique (Tete)”.

O objetivo do projeto é promover a criação de emprego e assegurar que seja um trabalho com digno para todos. Para alcançar este resultado, ISCOS Emilia-Romagna em parceria com ISCOS Lombardia, favoreceu o aumento da formação profissional e sindical num contexto onde a população local tem que enfrentar a presença das grandes empresas estrangeiras. Por esta razão, os parceiros locais no projeto tem um papel fundamental neste âmbito, quer dizer o sindicato provincial CONSILMO e o instituto de formação profissional IFPELAC. Os resultados foram um crescimento da oferta formativa do IFPELAC e uma maior população formada profissionalmente e que mais conhece os direitos de trabalho

O projeto do ISCOS foi apoiado também pelo Departamento de Ciências Políticas e Sociais da Universidade de Bologna, parceiro do projeto RIGHTS FOR YOUTH. Através o bando *Field Work 2018/19* lançado pela Universidade de Bologna, foi possível envolver uma estudante cujo papel foi deslocar-se para Moçambique e recolher dados e entrevistas para realizar esta pesquisa. Ao longo de muitos anos o Departamento de Ciências Políticas e Sociais adquiriu muitas experiências de ensino, pesquisa, estudo e organização de atividades inforamtivas sobre a história da África, sistemas políticos africanos, políticas de desenvolvimento locais na África com uma atenção particular ao contexto de Moçambique. Portanto, foi possível incluir na rede de organizações envolvidas no projeto, um centro de pesquisa moçambicano, o Observatório do Meio Rural que forneceu suporte logístico à pesquisadora, permitindo à utilização do escritório e à recolha de dados e informações fundamentais.

Esta pesquisa tem como finalidade compreender os impactos socioeconômicos na Província em virtude da presença e implementação dos megaprojetos para estimular um debate no seio da sociedade civil moçambicana junto com às empresas e às instituições do governo a fim de permitir a construção de uma relação democrática entre os diferentes agentes envolvidos.



## INTRODUÇÃO

O processo de democratização, testemunhado das eleições democráticas do 1994 como resultado do fim da guerra civil em 1992, permitiu à Moçambique de ser considerado pelos doadores internacionais, pelas agências de desenvolvimento e pelos médias, um “êxito africano” (Human Rights Watch, 2013). Efetivamente, com uma economia estável tornou mais fácil para o país aceder as ajudas dos doadores internacionais. Além disso, estas últimas décadas marcaram um ponto de viragem para Moçambique após da descoberta de riquezas de recursos minerais (carvão, gás natural, bauxita, fosfatos) que atraíram às maiores multinacionais ao mundo. Em particular, este cenário envolveu a parte central e do norte do País, quer dizer a Província de Tete e mais recentemente a Província de Cabo Delgado. Nas últimas década, os investimentos para desempenhar missão de exploração, desenvolvimento de infraestruturas e atividade de extração, permitiu o crescimento económico nacional (8% de PIB anual), este investimentos pela respectiva dimensão, ficaram conhecidos por *megaprojetos*, sendo caracterizados por envolverem capital intensivo. Este crescimento económico traduziu-se também num crescimento das expectativas de desenvolvimento local e melhoria das condições de vida pela população, mediante criação de emprego e crescimento do rendimento per capita. Contudo, estes projetos dependem da procura internacional de recursos naturais e, além disso, geram poucos postos de trabalho diretamente ligado às atividades extrativas. Por essa razão, as expectativas da população de obter um trabalho seguro e bem remunerado saíram frustradas.

Os dados confirmam que o crescimento económico não foi acompanhado pelo desenvolvimento esperado. Com desenvolvimento entende-se “uma melhoria na qualidade de vida e no bem-estar da população, tendo em conta a sustentabilidade dos recursos da economia” (Bruna, 2016). O relatório da World Bank em 2016 mostra que o crescimento económico teve apenas uma pequena redução na pobreza devida a uma elevada desigualdade sociais entre as províncias ou dentro deles. Ainda em 2018, na classificação de 189 países do Human Development Index, Moçambique coloca-se 180°. O megaprojetos deveriam levar benefícios sociais e económicos no país receptor, por exemplo, com a criação de emprego, o crescimento da procura interna, da produtividade e da competição ou incentivos para o empresariado; todavia, na realidade se concretizou a “criação destrutiva” (Bruna, 2016): o crescimento económico devido aos megaprojetos gerou muita corrupção entre diferentes níveis de governo, elites locais e multinacionais; pouca transparência no processos para obter a concessão sobre a terra, pouco respeito do meio ambiente e criação de tensões entre vários grupos



da população como resultado do aumento das desigualdade no acesso ao recursos.

Num País em desenvolvimento como Moçambique, as oportunidades geradas por estas atividades precisam de ser geridas com uma boa estratégia governamental de longo prazo que possa beneficiar a população local diminuindo a pobreza através a criação de trabalho digno. Isso é mais evidente quando se tem em conta as elevadas taxas de crescimento demográfico, colocando pressão sobre serviços públicos (como educação e saúde) e levantando necessidades de empregabilidade.

Este texto foca-se sobre os impactos socioeconômicos dos megaprojetos na Província de Tete e pretende demonstrar como o contexto de crescimento económico e os resultados da implementação de megaprojetos não beneficiaram a população local à nível de criação de trabalho formal digno, traduzindo-se num alargamento do emprego informal e um aumento incontrolado da urbanização. Não obstante esta situação, pretende-se também demonstrar que a formação profissional e o sindicato tem um papel muito importante para melhorar esta situação.

O texto está dividido em quatro partes: após um enquadramento teórico acerca os efeitos da penetração de capital estrangeiro num país em desenvolvimento como Moçambique, a segunda parte analisa o contexto socioeconômico da Província de Tete. Na terceira parte são analisados os impactos sociais e económicos apos da chegada dos megaprojetos na província, através dos estudos e documentos fornecidos pelos Observatório do Meio Rural (OMR) de Maputo que ao longo dos últimos anos conduziu muitos inquéritos e pesquisas para conhecer as reais consequências da implementação e fortalecimento do modelo extrativo.

Enfim, pretende-se analisar o papel do sindicato local neste contexto de falta de emprego, escassez de capacidade negocial dos trabalhadores perante as grandes empresas que podem ser classificados como entidades políticas devido ao grande poder que tem nas decisões produtiva. Por esta razão, seria importante que o sindicato seja independente e que consiga gerar um clima de confiança no seio da categoria dos trabalhadores.

**Enquadramento da pesquisa** O trabalho de pesquisa começou na Italia em Novembro 2018 com o suporte do Professor Mario Zamponi, coordenador do curso de mestrado Desenvolvimento Global e Local e responsável do projeto do ISCOS pela Universidade de Bologna. A primeira fase, então, consistiu numa

procura da literatura sobre o tema da pesquisa. Depois, o trabalho no terreno foi desempenhado durante um período de quatro meses (Abril – Julho 2019) entre Maputo e Tete. Os parceiros tiveram um papel muito importante no que diz respeito a realização desta pesquisa, dado que também me permitiram de ter apoio logístico durante o trabalho de pesquisa e criar meu alvo para realizar entrevistas semiestruturadas aos sindicalistas e os jovens beneficiários dos cursos do projeto. Entretanto em Maputo tive o apoio do parceiro OMR, que contribuiu para facilitar a recolha dos dados qualitativos e dos estudos sobre a Província.

A recolha de dados foi realizada de duas formas. Em primeiro lugar através da recolha de dados secundários, a partir de estatísticas oficiais provenientes do Instituto Nacional de Estatística, do Centro de Promoção de Investimentos, do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social, entre outros organismos públicos. Em segundo lugar, foram realizadas entrevistas semiestruturadas à um representante do Governo Provincial, um do Sindicato Provincial e um do sindicato dos trabalhadores informais. Uma entrevista à um representante do Instituto de Formação Profissional e dois formadores do curso de formação profissional. Foram realizadas também 10 entrevistas aos beneficiários de cursos de formação profissional que foram realizadas na sede do Instituto de formação na cidade de Tete.

## **1. Enquadramento teórico da pesquisa**

Ao longo dos últimos 20 anos Moçambique experimentou um crescimento económico notável à nível de Produto Interno Bruto (PIB) que ficou acerca de 7% entre 2000 e 2015. A descoberta de recursos naturais coincidiu com o aumento da procura destes bens à nível mundial para as economias de nova industrialização, nomeadamente Brasil, China e Índia. Para estimular a economia nacional, que estava destrozada pelo conflito interno terminado somente no 1992, o novo governo democrático fez muitos esforços para atrair capital estrangeiro para a exploração dos seus recursos naturais.

Afirmou-se a narração por lá qual “o potencial económico está no subsolo” e, portanto, o modelo económico baseado na abertura aos capitais estrangeiros para a exploração representou a solução para sair do subdesenvolvimento, levando bem-estar e crescimento para a população local. Extrativismo e desenvolvimento foram considerados dois lados da mesma moeda. Simultaneamente este discurso

foi acentuado pelas agências internacionais quais o Banco Mundial e às Instituições Internacionais de Financiamento. Em 1992 o relatório do Banco Mundial intitulado *Strategy for Africa Mining* definiu o setor mineiro fundamental para a revitalização da economia africana, sugerindo às linhas guias para facilitar o desenvolvimento deste setor. De um lado, os governos africanos através a promoção e regulamentação da indústria extrativa para incentivar os investimentos estrangeiros; de outro lado, o setor privado através a gestão operativa das minas adentro de um *fair play* onde às empresas e os governos partilham os benefícios. Este modelo continuou ser afirmados no 2003, embora ter fracassado em algumas experiências africanas, introduzindo elementos quais a sustentabilidade ambiental e um fortalecimento do papel da sociedade civil.

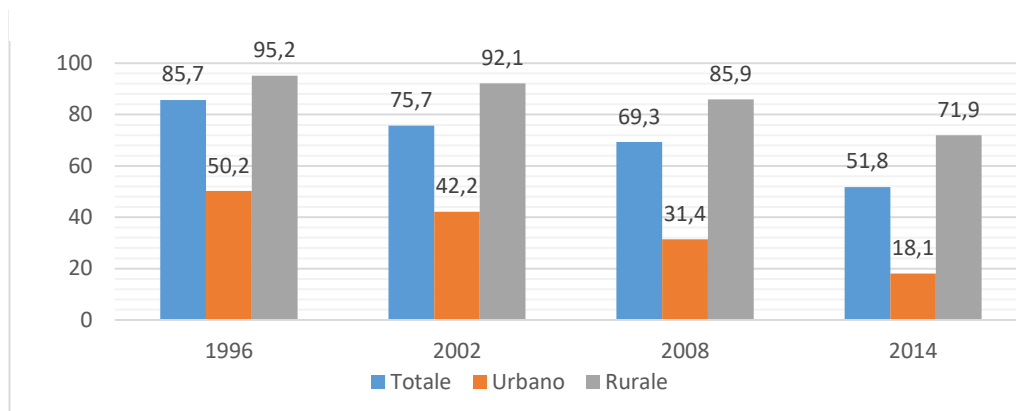
Efetivamente, este modelo de aquisição sobre à terra não é novo, tendo caracterizado todo o período colonial. A diferencia mais importante agora é que os fenômenos de expropriação envolve o setor privado que ganha direitos sobre à terra concedidos pelos governos nacionais. O estudo de Bebbington (2008) afirma que a autoridade do estado é construída historicamente através de trocas de recursos que deveria acontecer entre estado e cidadãos. Contudo, num estado fortemente dependente do setor mineiro onde este troca acontece prioritariamente entre Estado e corporações privadas ou empresas internacionais que levam benefícios ao Estado com as atividades financeiras e econômicas, criam um mecanismo no qual os esforços do Estado são dirigidos às estas instituições privadas para obter mais investimentos e legitimação ao invés de ser canalizada pelo interesses dos cidadãos nacionais de momento que o enriquecimento do Estado é devido aos rendimentos das empresas mais que às atividades econômicas dos cidadãos. Portanto, os mecanismos para incentivar os investimentos não foram acompanhadas para reformas sociais e econômicas que poderiam canalizar os rendimentos da indústria para desenvolvimento de setor ligados diretamente ou não ao crescimento do setor extrativo. Nos programas políticos muitas vezes o objetivo é de estimular e promover o desenvolvimento rural e agrícola assim como a criação de emprego do sector formal da economia num contexto onde continua a promoção dos investimentos estrangeiros.

O crescimento econômico em Moçambique, foi definido um paradoxo (Castel-Branco, 2012; Dodeyne, 2014). Embora ter registado um crescimento do PIB acerca de 7% cada ano, o índice de desenvolvimento humano ficou acerca de 0.403 e 0.437 entre 2000 e 2017.

Além disso, o nível de pobreza registado pelo Instituto Nacional de Estatística moçambicano que é ilustrado no gráfico 1, demonstra que o nível de pobreza

permanece muito grande. Em particular, a pobreza multidimensional que considera a capacidade das pessoas em alcançar um nível mínimo de rendimento, saúde, educação, segurança e liberdade de expressão (Sen, 1999).

Gráfico 1 Evolução da taxa de pobreza multidimensional rural e urbana entre 1996-2014



Base dados IESE.

Portanto, os dados sobre a pobreza demonstram que a diminuição da pobreza aconteceu mas não como esperado. Em particular, a taxa de pobreza fica ainda muito alta nas zonas rurais, onde há mais concentração de projetos extrativos. Contrariamente ao que o Banco Mundial esperava, ou seja, que a presença dos megaprojetos pudesse beneficiar um desenvolvimento para as comunidades locais através uma transferência de capacidades e competências para logo fazer uso delas para além das minas e independentemente delas.

Um exemplo que levou muitos problemas no caso particular da Provincia de Tete pode ser representado pela *Lei de minas* (2002): nos casos em que as atividades econômicas seja considerada de interesse nacional, as comunidades residentes entorno à estas atividades, são obrigadas à ceder seus direitos sobre a terra em cambio de uma indemnização. Ademais, esta aquisição acontece para grandes espaços e, geralmente em lugares periféricos que tem uma estrutura econômica muito fraca e baseada em agricultura de subsistência, reestruturando às relações sociais, familiares assim como o sistema de produção econômico. Portanto, as necessidades das pessoas que utilizam a terra para cultivar, cujos direitos são expressos na *Lei de Terras* (1997) são todavia interpostos às atividades econômicas. Ao longo dos últimos anos, o debate das comunidades científicas, da sociedade civil e das organizações não governamentais concentrou-se sobre os efeitos deste modelo extrativista no meio ambiente, no sistema de reprodução

das condições de vida da população afetadas e também na criação ou não de emprego devido à este novo mecanismo econômico nas zonas de interesse.

Na Província de Tete portanto, bem como noutras partes de Moçambique, afirmou-se um modelo econômico extrativo e extrovertido como afirmam diferentes autores (Feijó, n.d; Castel-Branco 2016; Mosca, 2017) que, reproduz o sistema já existente no período colonial (Mosca, 2017) e que consiste em extração dos recursos primários (renováveis ou não) orientado pelas exportações, sem que estes recursos sejam processados no país, quer dizer, sem criação de ligações econômicas com outros setores da economia (à montante ou jusante) ou desenvolvimento industrial. Além disso, os esforços colocados pelo governo sobre os recursos naturais para o comércio exterior levaram à uma secundarização do desenvolvimento da agricultura, não obstante a sua importância pela sobrevivência das pessoas, e um maior desenvolvimento das zonas urbanas face às aquelas rurais.

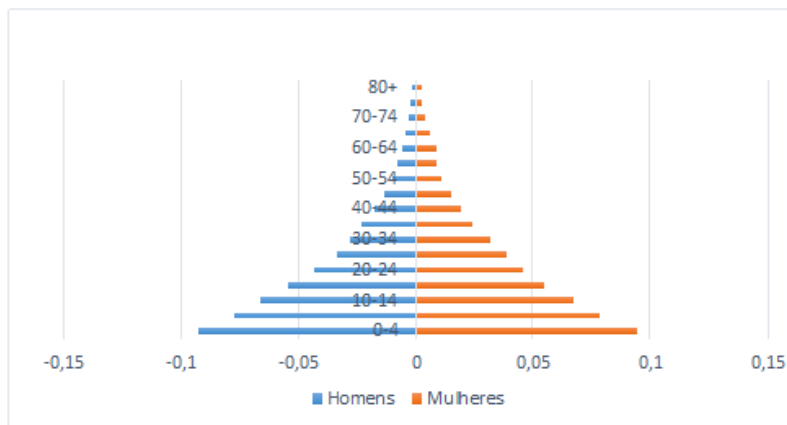
Como será demonstrado ao longo do presente relatório, o caso da Província de Tete é emblemático para perceber todos os problemas relativos à uma integração dos investimentos estrangeiros para o extrativismo num contexto periférico e pouco desenvolvido em termos industriais. Os mecanismos para proteger os interesses das pessoas afetadas, como o *regulamento sobre o reassentamento* e à *lei de minas*, foram sucessivos à implementação dos projetos extrativos e as promessas de emprego e bem-estar foram frustradas quando foi claro que os megaprojetos são à capital intensivo e geram poucas vagas. As respostas do governo para criar emprego chegaram tarde quando já os investimentos tem diminuindo. Além disso, como será explicado no final, as condições de trabalho no setor extrativo e aqueles diretamente ligados levaram muitos problemas de segurança, de salários justos e de bem estar para os trabalhadores, devido maioritariamente à relações laborais não equitativas.

## **2. Contextualização da Província de Tete: o *boom* econômico e a expectativa de criação de emprego**

Tete constitui a terceira província mais populosa de Moçambique depois de Nampula e Zambézia. Entre os censos de 1997 e 2007 registou-se um aumento da população de 1.14 milhões para 1.8 milhões de habitantes, atingindo os 2.64 milhões em 2017. Este aumento deveu-se a diferentes fatores, entre os quais à elevada taxa de fecundidade total por mulher (ainda entorno a 5.2 como média total do País em 2017).

O gráfico 2, demonstra que os jovens continuam ser a parte mais numerosa da população. Em particular, à população entre 0 e 15 anos.

*Gráfico 2: Pirâmide etária Provincia de Tete*



*Elaboração da autora em base dados INE 2017*

Observando o índice de dependência total, que indica a relação entre a população potencialmente dependente (0 a 14 anos e 65+) e a população ativa (15 a 64 anos), revela maior dependência da população potencialmente inativa em relação a potencialmente ativa.

Um cenário deste tipo tem muita consequência sobre o sistema económico, uma vez que a população capaz de gerar rendimento e acumular riqueza é menor que a população incapaz. Pelo contrário, a riqueza é imediatamente aplicada na assistência aos membros mais jovens da família, o que se traduz num potencial crescimento do “trabalho infantil”, particularmente no sector informal.

Por esta razão, a abertura do Estados aos investimentos diretos estrangeiros não são totalmente negativos, dado que podem estimular um crescimento económico noutros setores, criando ocupação no setor formal da economia para a população jovens (15+) e gerar acumulação de riqueza para às famílias. Efetivamente, a maioria da população vive nas zonas definidas rurais e desempenha maioritariamente atividades agrícola e pecuária de pequena dimensão que em parte destina ao consumo próprio e, em parte, destina à venda na zona de mercado. Os jovens e os homens desempenham também pequenos negócios e são maioritariamente ocupados em várias atividades, como também o trabalho sazonal e migratório noutras parte de Moçambique ou Pais circunvizinhos (Malauí, Zimbábue, Zâmbia e África do Sul) para alargar as possibilidade de rendimento para si e para a família. Geralmente, o trabalho agrícola e pecuário combina-se

com outras formas de trabalho assalariado. Este último utiliza-se para enfrentar situações de emergências, doenças ou para financiar a educação dos filhos. Muitas vezes o trabalho assalariado se realiza para atividades do mercado informal, onde há mais possibilidade de encontrar um trabalho embora ser muito perigoso e de curto prazo. Portanto, às estatísticas oficiais definem o trabalho agrícola a atividade mais desempenhada:

*Tabela 1 Distribuição da população por ramos de atividades por Província (2014/15)*

Características seleccionadas	Ramos de Actividade									
	Agricultura, Sili-cultura e Pesca	Indústria extra-cativa e minas	Indústria transformadora	Energia	Construção	Transporte e comunicações	Comércio e Finanças	Serviços administrativos	Outros serviços	Total
<b>Total</b>	74,6	0,4	3,0	0,1	0,1	1,2	8,9	1,8	9,9	100,0
<b>Sexo</b>										
Homens	65,1	0,9	4,6	0,1	0,2	2,4	9,4	2,8	14,5	100,0
Mulheres	83,1	0,0	1,5	0,0	0,0	0,1	8,5	0,9	5,8	100,0
<b>Área de residência</b>										
Urbano	33,6	0,5	6,4	0,2	0,3	3,2	23,3	5,5	26,9	100,0
Rural	90,2	0,4	1,7	0,0	0,0	0,4	3,5	0,4	3,4	100,0
<b>Província</b>										
Niassa	84,9	0,2	1,5	0,0	0,0	0,7	5,7	1,6	5,4	100,0
Cabo Delgado	86,6	0,1	3,7	0,0	0,1	0,3	4,3	0,6	4,2	100,0
Nampula	79,7	0,2	3,2	0,0	0,0	0,6	8,4	1,3	6,4	100,0
Zambézia	86,6	0,5	1,9	0,0	0,0	0,8	4,4	0,8	5,1	100,0
Tete	88,3	0,4	1,2	0,1	0,0	0,4	3,7	1,1	4,7	100,0
Manica	73,8	0,7	3,7	0,1	0,0	1,0	8,6	1,8	10,3	100,0
Sofala	74,2	0,1	2,4	0,0	0,1	2,2	9,6	1,5	9,8	100,0
Inhambane	74,6	0,6	3,1	0,1	0,0	1,1	8,8	1,7	9,8	100,0
Gaza	68,3	1,8	2,4	0,0	0,4	1,4	9,9	2,9	12,7	100,0
Maputo Província	32,4	0,4	7,0	0,3	0,6	3,5	22,5	5,1	28,0	100,0
Maputo Cidade	5,9	0,2	5,9	0,2	0,5	4,3	32,9	7,5	42,6	100,0

**INE (2015) INQUERITO AOS ORCAMENTOS FAMILIARES 2014/15 PRINCIPAIS RESULTADOS - Moçambique**

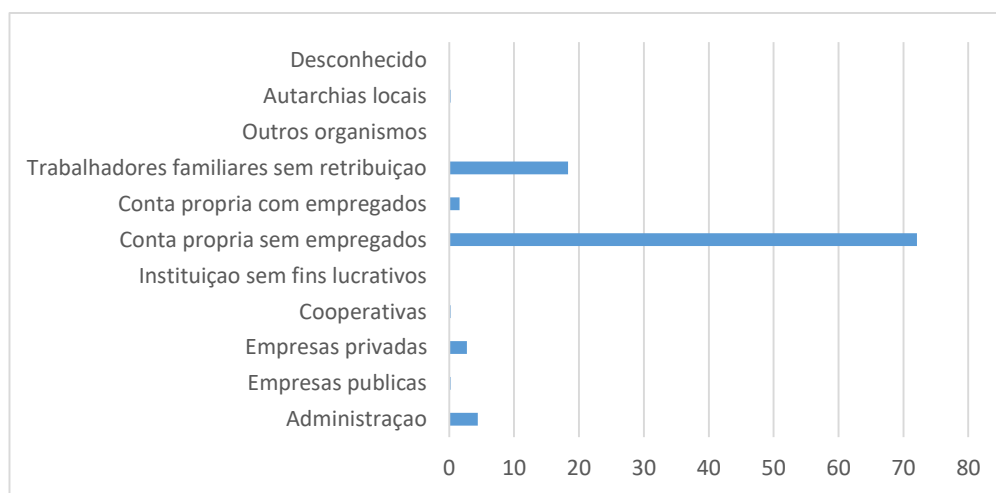
Nota-se que esta distribuição da população remonta à 2014, quando já os megaprojetos chegaram na Província, a demonstração que a criação de emprego e a transformação numa economia industrial não aconteceu.

Efetivamente, a primeira fase da chegada dos megaprojetos, foi de *boom* econômico. Mosca e Selemane (2016) à este respeito, definiram no seus estudos Tete como o novo *eldorado*. Como afirma-se no texto «A atividade mineira fez crescer a demanda interna e conseqüente oferta de bens e serviços de primeira ordem (efeito imediato). Alguns têm, necessariamente, que ser fornecidos localmente, como são os casos da hotelaria, restauração, arrendamento

imobiliário e transportes de curta distância, maioritariamente através de empresas com sede na zona» (pag.29). O que aconteceu na Provincia é uma falta de uma classe empreendedora que poderia responder à procura destes serviços localmente, portanto muitos foram importados pelo exterior. A dimensão e a qualidade pedida pelas grandes empresas não correspondiam com aqueles fornecidos pelos serviços locais. Pelo contrário, uma resposta mais forte chegou no fornecimento de pequenos serviços (comercio, pequena venda, produção agrícola e pecuária) gerando um mínimo nível de emprego para uma parte da população local. Esta diferenciação entre qualidade e dimensão do serviços criou dois mercados paralelos: de um lado, um mercado de alta qualidade e especialização limitado às empresas estrangeiras que emprega poucas mão-de-obra local e muitas estrangeira. De outro lado, criou-se um mercado de serviços de baixa qualidade e de pequena dimensão para o aumento da procura da população local e migrante.

No gráfico seguinte são apresentados os dados sobre a distribuição percentual dos chefes dos agregados familiares no processo de trabalho nas zonas urbanas em Moçambique. Nota-se que a maioria, ainda em 2014, quando já os megaprojetos foram implementados, eram empregados em atividades para própria conta sem empregados, ou trabalhos familiares para conta própria.

*Gráfico 3 Distribuição percentual dos chefes dos agregados familiares no processo de trabalho nas zonas urbanas em Moçambique*



Elaboração da autora em base dados IOF 2014/2015



De facto, a implementação dos megaprojetos cria grandes expectativa de oportunidade de emprego também na população circunvizinha. Neste contexto, houve também um fenómeno de imigração. De acordo com a pesquisa “Movimentos Migratórios para Áreas de Concentração de Grandes Projectos” realizada em 2018, o aumento da população migrante para a cidade de Tete foi 52% entre 2005 e 2015. A razão principal, pois, foi individuada pela procura de trabalho. É importante ter em conta que o fenómeno migratório tem diferentes características: permanência de curta duração dos especialistas ou empresários nacionais, moçambicanos de outras províncias com residência no local, empresários moçambicanos provenientes de outras províncias; pessoas sem qualificação que procuram emprego; pessoas que desenvolvem atividades ilícitas.

*Tabela 2 Motivação para migrar*

Cidade de Destino	Período Migratório					Total
	Maputo	Tete	Quelimane	Nacala	Pemba	
Emprego/ Rendimento	63,5%	68,9%	47%	83,6%	57,6%	64,1%
Acesso a educação	20,9%	4%	15,7%	20,9%	7,6%	13,7%
Ajuntamento com familiares	17,6%	13,2%	16,2%	11%	9,9%	13,5%
Condições de segurança	3,6%	2,9%	41,1%	5,7%	2,6%	11,3%
Acesso a alimentação	1,9%	2,9%	6,8%	23,2%	9,4%	8,9%
Acesso a energia	1,9%	1,1%	9,4%	18,8%	7%	7,7%
Acesso a água	1,9%	1,3%	8,9%	17%	7,8%	7,5%
Acesso a transporte/ comunicação	1,4%	0,8%	6,8%	21,4%	6%	7,3%
Acesso a saúde	3%	1,6%	11,5%	15,9%	3,9%	7,2%
Produtos /serviços disponíveis	3%	1,3%	7,3%	12,5%	2,6%	5,4%
Acesso a terreno	0,5%	0,8%	1%	10,4%	2,9%	3,2%
Outro motivo	4,7%	5,2%	0%	2,1%	3,4%	3%

Gráfico presente no texto: Movimentos Migratórios para Áreas de Concentração de Grandes Projectos (Feijó e Raimundo, 2017)

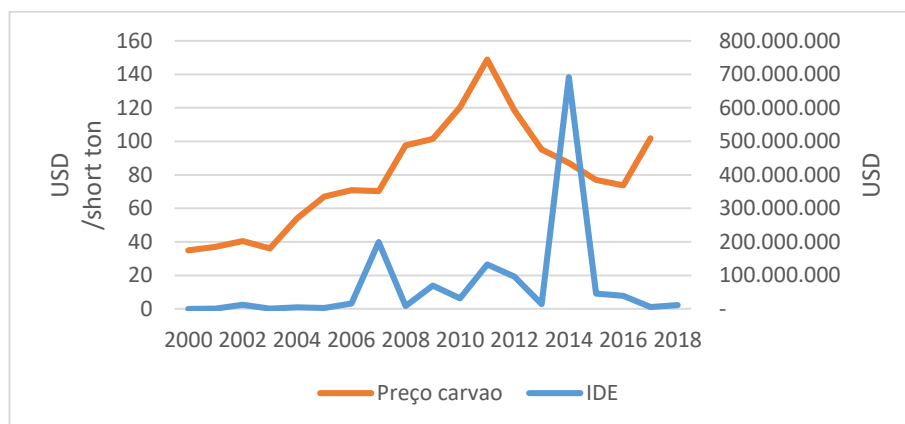
A maior criação de emprego, a chegada de estrangeiros e especialistas, procura de serviços indiretamente ligado à implementação da mina acontece num momento bem definido do ciclo de projeto. No relatório sobre à indústria extrativa Selemane (2017) identifica cinco fases no ciclo de projeto: à implantação da mina corresponde à terceira fase, que é também aquela de maior estimulação económica. Quando começa a exploração do carvão já entramos da quarta fase: o trabalho na mina é maioritariamente desempenhado pelas maquinas, fica pouco pessoal especializado para a monitoria das atividades e as oportunidades de emprego diminuem. Como afirma Castel-Branco (2016) «Por sua vez, o emprego indireto não é o resultado direto e automático do megaprojeto. Para que o

emprego indireto aconteça é necessário desenvolver ligações produtivas a montante (fornecedores) e jusante (consumidores) do megaprojeto. Estas ligações requerem novo investimento, capacidades adicionais, etc. Quanto muito, o megaprojeto proporciona uma oportunidade de ligação mas a concretização dessa ligação depende de outras empresas, dos seus interesses e capacidades. » (Pag. 6). Portanto a criação de emprego indireto, sem investimentos na sua prossecução, permanece um emprego de curto prazo que acaba com o fim do frenesim entorno das atividades mineiras.

### 3. A fase de implosão

Como demonstra o gráfico seguinte, os investimentos tiveram uma diminuição a partir do 2014<sup>1</sup>, momento no qual o preço internacional do carvão no mercado começou cair:

*Gráfico 4 Preço do carvão no mercado internacional e Investimentos diretos estrangeiro na Província de Tete (2000- 2018)*



Fonte: elaboração da autora em base dados CPI e U.S. Energy Information Administration

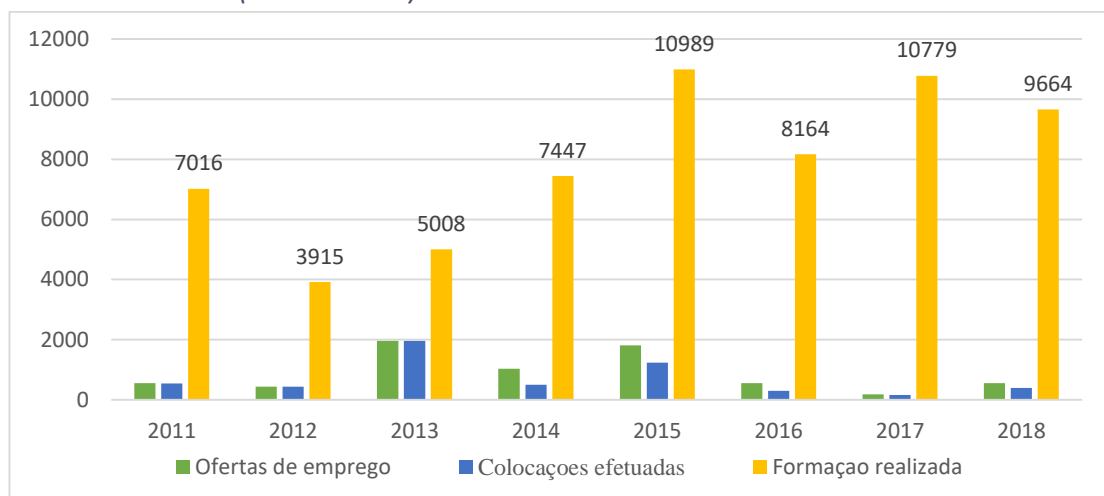
O gráfico demonstra sobretudo a dependência do setor extrativo do mercado internacional. A queda do preço no mercado paralisou as atividades extrativas das empresas no terreno e tornaram o País menos atrativo pelas novas empresas que poderiam investir no carvão. Como afirma Selemane (2016) «O que se passou na

<sup>1</sup> Os dados referem-se aos projetos aprovados pelo Centro de Promoção de Investimento nacional, contudo não foram todos de facto realizados. Podem-se ainda perceber a dimensão do investimentos em geral.

cidade de Tete nos últimos cinco anos é uma demonstração da falência e do falhanço do modelo de desenvolvimento económico baseado na extração de recursos minerais sem uma estratégia interna. A aposta na extração de minérios, tendo como base apenas a vontade e os planos de investidores estrangeiros, a pensar no mercado internacional, sem planos nem ações concretas de utilização interna dos recursos minerais, prejudicou o desenvolvimento de Tete e do país» (Pag.1).

Os perdedores mais afetados pela implosão a nível local foram a população em geral pelos danos ambientais, população migrante e local com baixa qualificação profissional, dado que ficaram sem emprego (já na época do *eldorado*). Efetivamente, a maioria de população trabalhadora ficou no mercado informal dado que o setor extrativo criou poucas vagas e a resposta do governo pela realização de formação profissional e integração das pessoas no mercado formal chegou tarde, como demonstra o gráfico seguinte:

*Gráfico 5 Formação realizada, colocações efetuadas e ofertas de emprego – Província de Tete (2011 – 2018)*



Fonte: elaboração da autora em base dados MITESS (2011 - 2018)

O centro de emprego e formação foi reabilitado só após do *boom* económico em 2011 quando já as empresas procuravam mão-de-obra especializada e serviços do terceiro setor. Em 2017 os formandos eram 70 vezes mais da oferta de emprego criada.

De acordo com a estratégia do governo indicada no Programa Quinquenal do Governo 2015/19 estabelece-se que uma das prioridades do governo para o desenvolvimento do País é a criação de emprego ou auto emprego através do fornecimento de kits para abrir atividades após da competências adquiridas

durante os cursos de formação profissional. O programa também tem como objetivo converter o trabalho informal em trabalho formal. Contudo, como foi demonstrado anteriormente, a falta de uma estratégia de ligações entre diferentes setores da economia e a poucas vagas criadas pelo setor extrativo que require alta qualificação levam os indivíduos a procura de emprego no setor informal, sendo a única opção para trabalhar e gerar rendimento para a família.

Outro assunto é representado pela diferencia entre zonas urbanas e rurais: não há estatísticas que verifiquem o divergência entre o acesso à possibilidade de emprego entre estas duas zonas más, como refere o estudo de Feijó e Agy (2016) o êxodo rural, embora temporâneo, poderia ser entendido como uma lógica destrutiva do meio rural. Os últimos anos foram acompanhados pelo surgimento de numerosos megaprojetos com efeitos multiplicadores noutros setores da economia que foram também responsável por atrair muita mão-de-obra não qualificada nas zonas urbanizada, muitos das quais entorno da zonas rurais.

A falta de oportunidade de emprego leva as pessoas fazer negócios informais entre o meio rural e urbano. Se pode concluir que gera-se mais oportunidade de trabalho nas zonas urbanas, ou pelo menos expectativa de emprego, que são também as zonas com maiores concentração de investimentos: a falta duma planificação para acolher este fenómeno migratório incontrolado teve muita consequências sobre o funcionamento e acessibilidade das infraestruturas e serviços básicos, que ficaram improporados e fracos.

Pelo contrário, nas zonas rurais verifica-se uma perda de oportunidade de acesso ao mercado dado que as empresas estrangeiras adquirem direitos sobre à terra onde antes residiam as comunidades que foram obrigadas a mudar para lugares inférteis e afastados dos centros urbanos principais; além disso, a população definida rural desempenha maioritariamente atividades agrícolas de pequena escala portanto não está preparada para abastecer o mercado alimentar e o aumento da procura de comida e produtos agrícolas e pecuário.

A cidade de Tete, apresenta-se hoje, como o resultado mais visível de este processo de urbanização incontrolada. Embora os efeitos da *implosão* foram mais serias pelas pessoas mais pobres e a mão-de-obra não qualificada, a cidade continua ser meta para a maioria da população rural a procura de melhores condições de vida e para permitir aos filhos aceder à educação secundaria na cidade onde, devido à insurgência dos megaprojetos, foram estabelecidos também escolas profissionais e técnicas.

#### **4. Oportunidade de trabalho e trabalho digno: o papel do sindicato**

Outras questões ligada ao trabalho na cidade, em particular ao trabalho no setor formal, são:

- 1. quais são as reais possibilidade que os jovens podem encontrar na cidade?*
- 2. quais são as condições dos trabalhadores que conseguiram encontrar um emprego em atividades diretamente ou indiretamente ligadas aos megaprojetos? Trata-se de trabalho-digno?*

Com trabalho digno entende-se um trabalho que, embora ter um salário decente para viver, garante condições de segurança no lugar de trabalho, assegura proteção social para os indivíduos e às famílias deles, oportunidades iguais para mulheres e homens, integração social e liberdade de expressão e organização em grupos sindicais.

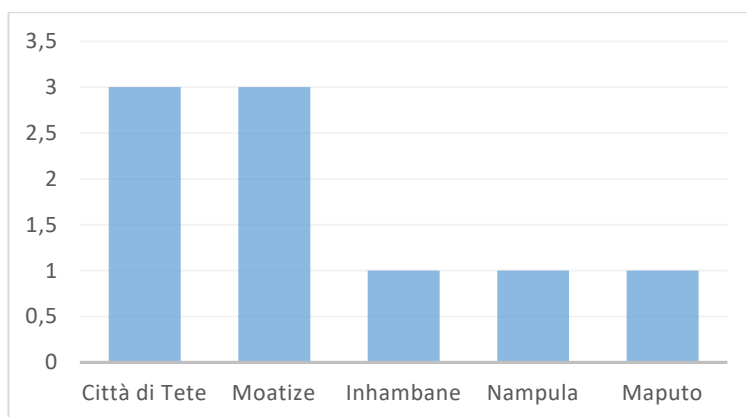
Durante o período de pesquisa no terreno tive a oportunidade de entrevistar alguns jovens beneficiários dos cursos de formação do IFPELAC realizado com a contribuição do projeto do ISCOS Emilia-Romagna, em parceria com o sindicato local. O objetivo deste curso é de promover o acesso ao mercado de trabalho e melhorar não só as capacidades profissionais, mas também permitir uma maior conhecimento do direito dos trabalhadores, introduzindo a lei do trabalho, o código de saúde e segurança no lugar de trabalho e resolução dos conflitos laborais. Através desta formação, portanto, os indivíduos podem entrar no mercado mais conscientes.

A presença do sindicato permitiu-me entender também o seu papel como ator negocial, a dificuldades na afirmação como instituição autónoma e as oportunidades que tem para consentir melhorar as condições de vida dos trabalhadores.

##### *4.1 Descrição do grupo alvo*

As entrevistas foram feitas no mês de junho de 2019 durante um período de três semanas. O grupo alvo foi escolhido a partir dos participantes do grupo de formação de mecânico e eletricidade. O grupo alvo foi constituído por 10 jovens entre 22 e 28 anos de idade, embora a idade dos formandos era distribuída entre 19 e 35. Todos os entrevistados tinham terminado o ciclo secundário da escola. A origem dos participantes era assim repartida:

Gráfico 6 Origem dos entrevistados



Elaboração da autora com dados recolhidos pela entrevistas

Todos os entrevistados nasceram na cidade ou mudaram-se para a cidade desde crianças e vivem com as próprias famílias de origem. Portanto, ainda não tem criado um próprio agregado familiar. Na maioria dos casos a família é formada por 6 – 8 membros.

Sobre 10 entrevistados, 8 deles têm um familiar que trabalha no mercado formal da economia da cidade, seja um professor da universidade ou empregados na administração pública. Como explicou um deles, foi graças ao trabalho dos pais que conseguiu ir para a escola secundária e pedir para um trabalho numa empresa mineraria. Um dos entrevistado proveniente da Província de Inhambane afirmou:

«Meu pai mudou-se para a Província de Tete quando eu tinha só dois anos em 2009. Eles queria encontrar trabalho da mina. Nós temos familiares em Moatize que aconselharam a meu pai de ir e procurar trabalho aqui. Havia muitos movimentação, atividades económicas novas. Então ele foi embora e depois nós conseguimos chegar aqui porque ele conseguiu encontrar um trabalho como mecânico para uma empresa moçambicana subcontratada pela Vale. Agora ele já não trabalha. A Vale não prorrogou os contratos. Então ele abriu uma loja de ferragens perto do ponte. Não consegue muito negócios porque há muitas lojas iguais [...] Por esta razão eu queria participar ao curso. Assim para conseguir um trabalho bem pago e sustentar a família».

A dinamização das atividades económicas criou expectativas até fora a Província de Tete, incentivando muitas pessoas a aproveitar destas oportunidades.

Somente um entrevistado teve uma experiência como pintor para uma empresa subcontratada pela Vale com duração de um ano. Durante a permanência na empresa foi escolhido como representante dos trabalhadores. Contudo, quando perguntei qual era o seu papel, tive muita dificuldade em explicar isso. Além disso, ele explicou que naquela altura havia muita confusão e greves por parte dos trabalhadores que queixavam-se para as condições do trabalho:

«A empresa mudava as regras, os horários, os contratos e nós éramos sempre não preparados. Aproveitava da nossa incapacidade e não sabíamos que fazer. Havia muita greves e paralização e os chefes da empresa não gostavam desta situação. Mas o que tínhamos que fazer? Não sabíamos como ser ouvidos. Todos éramos insatisfeitos para as condições de trabalho. Mas tinha um salário e não queria deixar o posto mesmo»

Após desta experiência ele continuou fazer trabalho de pintor no setor informal de forma ocasional, embora ter um rendimento muito baixo em relação ao salário da empresa.

Todos os formandos do grupo alvo querem aceder ao mercado de trabalho e têm muitas expectativas de encontrar um trabalho bem remunerado. Entretanto, muitos deles trabalham no setor informal e de forma ocasional para ajudar a família. A tipologia de trabalho é principalmente mecânico, eletricista, pintor. Setores em crescimento e indiretamente ligados à indústria mineira. A procura deste tipologia de emprego, embora ser no setor informal, é feito a fim de adquirir competências para poder aceder à setor económicos em desenvolvimento. Desde às entrevistas surgiu a vontade dos jovens de emancipar-se através um trabalho do setor formal e que tem especialização. Entretanto o trabalho no campo é considerado «o trabalho dos avôs». Como confirmam Feijó e Agy (2016) a colocação em contextos urbanos e a proximidade com múltiplas oportunidades educativas para os jovens implicam maiores expectativas de percursos profissional em setores mais especializados da economia e reforça-se um estigma do trabalho agrícola como «árduo e sucio», sobretudo entre os jovens do centros urbanos que são mais integrado numa sociedade de consumo emergente, que têm menos interesse nas atividades agrícola.

Um dos entrevistados, enfim, justifica a sua participação ao curso de formação para depois desempenhar uma atividade empreendorial própria. Ele quer suportar o crescimento da sua associação, também através contratação doutros colegas que participaram ao curso.

#### 4.2 «O sindicato nem existia naquela altura»

«Que bom ter participado à esta experiência de formação, sobretudo porque percebi que os sindicatos não são amigos das empresas. A gente não sabe isso. A gente acha que os sindicatos estão com as empresas, contra dos trabalhadores. Com este curso estou a perceber que não é assim. Fico feliz porque quando chegaram as empresas havia muita confusão e o sindicato nem existia naquela altura. As coas estão a mudar»

Dois elementos são relevantes nesta afirmação: há um general sentimento de desconfiança. Esta palavra foi muitas vezes proferida durante as entrevistas. Nos anos atrás havia uma falta de informação generalizada acerca do papel do sindicato e seu papel no processo negocial com as empresas. Este sentimento acontece também entre sindicato e trabalhadores. Outro elemento foi a dificuldade do sindicato em impor-se como instituição autônoma e com poder negocial, em particular quando as empresas chegaram:

«O maior desafio que temos é ser realmente independentes das empresas. Conseguimos ser instalados adentro das maioria das empresas medias e grandes na Provincia, através dos nossos comitê sindicais. Contudo não foi fácil. Tivemos que afirmar a nossa autonomia como instituição dos trabalhadores com as grandes empresas num clima de colaboração com eles. Ainda muitos trabalhadores não confiam em nós mas têm que perceber que o sindicato está aqui para ajudar e defender os direitos deles»

De acordo com o Secretario Provincial do Sindicato CONSILMO os primeiros anos foram muitos complicados em particular porque a opinião mais difundida era aquela que associava o sindicato como ligado às empresas. Como afirma Coelho (2016) as empresas têm interesse em enfraquecer o cooptar os sindicatos dos trabalhadores para diminuir as despensas para eles e aumentar a produtividade. Todavia o setor mineiro tem outros efeitos além da desmobilização dos trabalhadores. As empresas faz reduzir a possibilidade do sindicato de solidarizar com as populações afetada pelas atividades mineira. Assim, resultam poucos os trabalhadores sindicalizados, baixa taxa de empregabilidade à nível local e ademais a população aceita facilmente o *dumping* ambiental.



Um dos objetivos do sindicato deveria ser o dialogo social com diferentes partes da sociedade civil, não só os trabalhadores, para poder canalizar os interesses dos vários grupo de forma mais organizada para prevenir greves e manifestações que prejudicam a credibilidade da instituição.

Contudo o Secretario afirma que muitos progressos foram feitos ao longo deste últimos anos, por exemplo ser instalados adentro das empresas. O número de inscritos cresceu muito assim como o número de negociações entre sindicalistas e empresas diminuíram as greves e os episódios de violência. A concertação com outras organizações da sociedade civil é ainda fraca, também para aquela falta de confiança que foi explicada anteriormente por parte das organizações em reconhecer o papel do sindicato.

#### *4.3. «Se você se rebela prejudica os outros, se ficas calado é cúmplice»*

Durante a pesquisa no terreno, graças à colaboração com o sindicato, foi organizada uma reunião com os representantes dos comitê sindicais. Este representa o organismo representativo do sindicato com as empresas. As suas ações têm como objetivos a mobilização dos trabalhadores, resolução dos problemas, negociação e avaliação no que diz respeito aos direitos e deveres dos trabalhadores.

Durante a reunião emergiu uma forte disparidade entre os sindicalistas acerca do papel do sindicato. Quer dizer, os mais novos ainda não conhecem bem as formas em que o sindicato pode atuar perante às empresas, o poder negocial que tem. O diálogo com os sindicalistas mais velhos, que desde anos fazem este trabalho e adquiriram muitas experiência, ajudo neste sentido. Contudo, os assuntos e as problemáticas que cada um deles levantou foram individuadas como problemáticas comum, embora fazer parte de empresas e áreas de trabalho diferentes, os trabalhadores compartilham os mesmos problemas na relação entre eles e com as empresas.

Por esta razão, um deles afirmou que esta método de discussão e partilha de experiência foi «uma forma de fazer sentir os trabalhadores mais próximo um dos outros para compartilhar problemas, dúvidas e encontrar soluções alternativas para ajudar quem têm dificuldades. Esta é a essência do sindicato». Estas palavras foram proferidas também, com outra forma, por um entrevistado do grupo de jovens beneficiários do grupo de formação do IFPELAC. Para eles, aprender a lei do trabalho e os direito sindical antes de começar a trabalhar no setor formal com

as empresas, significou desenvolver um sentimento de pertença à uma mesma condição. Um entrevistado deles, falando com os grupos afirmou:

«Eu não sabia o que era um sindicato e a sua função, mas é muito importante. Eu acho que deveremos continuar a encontrar-nos para compartilhar as experiências no futuro e permanecer unidos como grupo agora que aprendemos como fazer»

Muitos dos representantes sindicais aprenderam as dinâmicas sindicais e laborais quando já eram empregados adentro da empresa ao contrário dos jovens, que aprenderam a sentir-se parte duma mesma categoria antes de trabalhar com o objetivo de enfrentar junto os problemas.

O sindicato precisa, então, maior comunicação e colaboração com associações, organismos de pesquisa independentes, organizações internacionais para poder devenir realmente independente. Como afirmam Kélia, Castel-Branco e Isaac (2017), os sindicatos tem um papel fundamental na proteção dos trabalhadores contra retaliações, mediante a apresentação de queixas coletivas, o fornecimento de assistência jurídica e a mobilização do poder coletivo entorno às reivindicações dos trabalhadores. Uma força de trabalho mais forte e bem organizada tem mais possibilidade de fiscalizar o cumprimento das legislações e denunciar as violações.

Contudo, o sentimento de desconfiança permanece também quando pergunto sobre os problemas interiores ao sindicato. Há desconfiança entre trabalhadores e empresas como assim nas relações entre trabalhadores:

«O chefe da empresa olha para nós com suspeito. Para ele nos somos o inimigo. Quando fazemos as reuniões ele não quer escutar os nossos pedidos. Ele acha que iremos perguntar coisas que ele não pode garantir»

Muitos dos sindicalistas falam de «distância» entre trabalhadores e empresa. Muitas vezes os sindicalistas são enquadrados como educadores dos trabalhadores e que nunca vai contestar as decisões da empresa.

«isto é mais um paradoxo dado que não conhecemos a meta da produção mas a empresa exige que seja respeitada a sua política. Sem nós todo vai ficar parado»

Há também falta de comunicação entre trabalhadores mesmo e falta de confiança adentro do comitê. Assim explicou um representante do comitê:

«Entre sindicatos e empresas a reuniões cada mês, após de uma discussão entre sindicalistas sobre as questões que devem ser apresentadas às empresas. Muitas vezes verificam-se dois coisas: um dos representante sindicais fala com os trabalhadores revelando os assuntos que queríamos apresentar. Então, quando os trabalhadores descobre ser excluídos alguns assuntos, vão organizar greves. O que

nós definimos os grupos de agitadores. A culpa da manifestação recai sobre todo o comitê. Outra coisa que se verifica é que um representante do comitê informa o chefe da empresa os assuntos que vamos referir antes da reunião. Desta maneira, o chefe chega preparado ao encontro e pode encontrar formas para rejeitar os nossos pedidos. Neste caso também o sindicato perde a sua credibilidade e os trabalhadores não vai confiar mais na nossa ajuda»

## 5. Criação de trabalho e trabalho digno

Outros assuntos levantados foi que muitos trabalhadores não compreendem os benefícios de pertencer ao sindicato. Talvez os benefícios não são percebidos superiores às perdas. Muitas vezes prefere-se fazer greves e manifestações em vez de confiar nas ações do sindicato. A consequência é a perda do trabalho, sobretudo para às categorias menos especializada, dado que a elevada procura de trabalho permite à empresa de encontrar com facilidade outros trabalhadores. Trabalhar nas empresas, então, embora ajudar o governo alcançar o objetivo de criação de emprego, nem sempre se traduz em trabalho em boas condições.

De acordo com o que disseram o sindicalistas sobre este tema, os problemas principais são:

1. A correção do salário devido à inflação e a obtenção de *bônus* devido ao conseguimento da meta de produção.

2. A condição alimentar dos trabalhadores: muitos afirmam que as condições dos serviços e da alimentação melhoraram ao longo dos últimos anos. Empresas como a Vale tem um refeitório para os empregados. Contudo, há casos de má alimentação, sobretudo nas pequenas empresas.

Por exemplo, quando o trabalhador tem que levar sua própria comida, não há lugares com condições apropriada para guardar a comida que se degrada em pouco tempo com consequências graves para a saúde. Para evitar este problema, algumas empresas fornecem dinheiro reservado para refeição, contudo, os trabalhadores compram a comida que depois vendem para ter o dinheiro e ficando todo o dia de trabalho com fome.

3. Outro assunto refere-se a condição da segurança social para os trabalhadores.

A Constituição moçambicana garante o direito a proteção social para todos os cidadãos. Ademais, a Lei da *Proteção Social* 4/2007 assegura diferentes grau de proteção, ou seja a *Segurança Social Básica* sem contribuição e a *Segurança Social*

*Complementar o Obrigatória* que são disponibilizados com o sistema de contribuição De acordo com o Report. IndustriAll, Moçambique dispõe instrumentos de proteção social ainda em desenvolvimento. A cobertura é assegurada só para os trabalhadores do setor formal da economia, seja público o privado. De acordo com os sindicalistas entrevistados, este sistema não funciona por causa da excessiva burocratização.

«Aceder ao serviço é muito caro. Há de recolher documentos para poder obter o dinheiro depositado. Quem tem um salário baixo não pode ter nada aí. Ademais os migrantes que nem tem os documentos pedidos com si. Dois colegas faleceram há seis meses. Ainda as famílias não receberam nada. O Instituto pediu documentos pela empresa mas a mulher dele que não tem escola e não sabe ler não sabia como fazer. Ajudei muito estas famílias dado que eu trabalho na mesma empresa. Ainda estão no processo para a obtenção da contribuição que é a única fonte de rendimento para ela»

## CONCLUSÃO

Os megaprojetos extrativos levaram à um crescimento econômico relevante para o PIB de Moçambique ao longo dos últimos anos. Além disso, as expectativas de criação de emprego conduziram a um fenómeno de migração para a Província que não era preparada a receber, criando muita pressão e dificuldade em aceder aos serviços básicos por parte das pessoas. Sobretudo entre os jovens cria-se muita expectativa de encontrar um trabalho bem pago nas zonas de expansão urbana.

As expectativas de criação de emprego, contudo, foram frustradas de momento que o setor mineiro é a capital intensivo e gera poucas vagas e procura mão-de-obra especializada. A população sem qualificação pode esperar de encontrar um trabalho de curto prazo ou em setor indiretamente ligado ao sector extrativo. Contudo, há demonstração que o trabalho no setor formal a vezes não é garantias de bem-estar ou melhoria das condições de vida, devido à falta de poder por parte dos trabalhadores em frente das empresas que tem mais poder negocial e, num contexto de fragilidade institucional do sindicato dos trabalhadores, estabelece as regras e as políticas.

A formação profissional se apresenta como uma maneira para enfrentar esta situação. Os jovens ficaram muito satisfeitos sobre a qualidade dos cursos e, em particular, a aprendizagem dos elementos de direito sindical e da lei do trabalho ajudaram a ser mais conscientes do que significa aceder ao mercado do trabalho. Além disso, desenvolveu-se um sentimento de união entre jovens e um sentimento de confiança em relação ao sindicato.

A formação, ademais, permite aos jovens adquirir competências para poder aceder a diferentes mercados, não só na Província de Tete mas também noutras partes do País. Muitos deles, efetivamente, não tendo ainda uma família própria são disponíveis à migrar para outros lugares, de acordo com o que foi referido durante as entrevistas.

No que diz respeito ao papel do sindicato, nos últimos anos a instituição conseguiu criar comitê sindicais adentro das empresas e obter maior poder negocial. Para obter maior confiança entre a população, pois, é desejável desempenhar ações em conjunto com outras associações da sociedade civil para não permanecer fechada nas questões dos trabalhadores do setor formal porque:

1. Muitos trabalhadores que ficam sem trabalho, vão entrar no mercado informal sem proteção para a saúde e o salário

2. As atividades extrativas afetam o meio ambiente e reduzem o acesso à terra para cultivar que representa uma das atividades mais desempenhadas para a população, com consequências muito grave para a subsistência. Portanto, o sindicato poderia ter um papel na obtenção de mais direitos para as comunidades rurais afetadas pelas atividades extrativas através o poder negocial e compartilhar ações com outras associações locais.



**GLI IMPATTI SOCIO ECONOMICI DEI GRANDI INVESTIMENTI NELLA PROVINCIA  
DI TETE: CREAZIONE DI LAVORO DIGNITOSO E RUOLO DEL SINDACATO**





## INDICE

<b>Introduzione .....</b>	<b>34</b>
<b>1. Inquadramento teorico della ricerca .....</b>	<b>36</b>
<b>2. Contestualizzazione della Provincia di Tete: il <i>boom</i> economico e l'aspettativa di lavoro .....</b>	<b>40</b>
<b>3. La fase di <i>implosão</i> .....</b>	<b>45</b>
<b>4. Opportunità di lavoro e il lavoro dignitoso: il ruolo del sindacato .....</b>	<b>48</b>
4.1 Descrizione del campione .....	49
4.2 «Il sindacato neanche esisteva quando sono arrivate le imprese» .....	51
4.3. «Se ti ribelli nuoci agli altri, se non ti ribelli sei complice» .....	53
<b>5. Creazione di lavoro e lavoro dignitoso.....</b>	<b>56</b>
<b>CONCLUSIONI .....</b>	<b>57</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>59</b>



Il presente lavoro di ricerca si inserisce all'interno del progetto di ISCOS Emilia-Romagna, finanziato dalla Regione Emilia-Romagna nell'ambito del suo programma di cooperazione internazionale nel corso dell'anno 2018. Il progetto prende il nome di "RIGHTS FOR YOUTH – Il lavoro dignitoso crea lo sviluppo umano. Formazione professionale e creazione di opportunità di impiego in Mozambico (TETE)".

L'obiettivo del progetto è stato quello di promuovere la creazione di lavoro e assicurare che sia un lavoro dignitoso per tutti. Per raggiungere tale obiettivo, ISCOS Emilia-Romagna, in collaborazione con ISCOS Lombardia, ha contribuito all'aumento della formazione professionale e sindacale in un contesto in cui la popolazione locale deve confrontarsi con la presenza di grandi imprese straniere. Grazie alla solida collaborazione con i partner locali, ovvero il centro di formazione professionale IFPELAC e il Sindacato Provinciale CONSILMO sono state realizzate in loco le formazioni professionali e sindacali. I risultati hanno portato a un aumento dell'offerta formativa dell'IFPELAC e aumento della popolazione con un grado di specializzazione professionale maggiore e che entra in maniera consapevole nel mondo del lavoro, attraverso lo studio delle leggi del lavoro e dei contratti.

La ricerca è stata realizzata con il supporto del Dipartimento di Scienze Politiche e Sociali dell'Università di Bologna, co-proponente del Progetto RIGHTS FOR YOUTH. Con il bando *Field Work 2018/19* indetto dall'Università è stato possibile coinvolgere una studentessa all'interno del progetto con il compito di recarsi in Mozambico per raccogliere dati e interviste e realizzare la presente ricerca. Il Dipartimento ha acquisito un'esperienza pluriennale di didattica, di ricerca, studio e organizzazione di attività divulgative su storia dell'Africa, sistemi politici africani, politiche di sviluppo locale in Africa con particolare rilievo per il Mozambico. Pertanto, è stato possibile anche includere nella rete delle organizzazioni coinvolte nel progetto un centro di ricerca mozambicano, l'Observatório do Meio Rural che ha fornito supporto logistico alla studentessa, permettendole di usufruire degli uffici e di raccogliere agevolmente i dati e le informazioni necessarie.

Lo scopo della ricerca è quello di comprendere gli impatti socioeconomici degli investimenti stranieri nella Provincia, per stimolare un dibattito all'interno della società civile mozambicana, delle imprese e delle istituzioni governative, al fine di permettere la costruzione di un dialogo democratico tra i diversi attori coinvolti.

## Introduzione

Con la fine della guerra civile nel 1992 e le elezioni democratiche del 1994, il Mozambico è stato definito dalle agenzie di sviluppo e dai media, “una storia di successo africano” (Human Rights Watch, 2013:33). Il nuovo clima di pace introdotto dal buon processo di democratizzazione e dalla relativa stabilità economica hanno permesso al Paese di beneficiare degli aiuti dei donatori internazionali e, parallelamente, l’aumento della domanda internazionale di materie prime ha stimolato nuove attività estrattive nel territorio che è ricco di queste risorse. Le missioni esplorative condotte dalle imprese e dai centri di ricerca internazionali, infatti, hanno portato alla scoperta di nuovi giacimenti minerari in alcune zone del Paese, in particolare nella zona centrale e settentrionale ovvero nella provincia di Tete e più recentemente a Cabo Delgado, attirando alcune fra le più grandi multinazionali al mondo.

Le proporzioni di queste opere in termini di capitale investito e sfruttamento di terra sono tali che vengono definiti megaprogetti, valutati favorevolmente dal governo nazionale per l’impulso economico che avrebbero apportato localmente nelle zone di implementazione. Questa crescita economica si è tradotta anche in una crescita delle aspettative di sviluppo a livello locale, così come in un miglioramento delle condizioni di vita della popolazione, attraverso la creazione di impiego e aumento del reddito pro-capite. Tuttavia, i progetti sono a capitale intensivo, dipendono dalla domanda di materie prime a livello internazionale e generano pochi posti di lavoro direttamente legati al settore estrattivo. Dunque, le aspettative della popolazione di ottenere un lavoro sicuro e ben retribuito sono state disattese. I dati confermano che la crescita economica quindi non è stata accompagnata dallo sviluppo sperato. Con sviluppo si intende «un miglioramento delle condizioni di vita della popolazione, riduzione della povertà, aumento del benessere generale della popolazione e utilizzo sostenibile delle risorse in rispetto dell’ambiente e della natura» (Bruna, 2016:2).

Il report della World Bank (WB) nel 2016 sulla povertà in Mozambico dimostra come la crescita economica dei due decenni precedenti è stata accompagnata solo da una modesta riduzione della povertà, a causa della forte disuguaglianza sociale ed economica che persiste tra le regioni e internamente ad esse. Ancora nel 2018, il Mozambico si posiziona 180esimo su 189 paesi nello Human Development Index. Se quindi, da un lato, gli investimenti dovrebbero portare benefici socioeconomici nel paese ricevente, per esempio attraverso la creazione di impiego, il

miglioramento di infrastrutture e lo stimolo della domanda interna, così come l'aumento della produttività e competitività o incentivi all'imprenditoria, di fatto, si sono tradotti in quella che viene definita "creazione distruttiva" (Bruna, 2016): al generarsi di crescita economica si registrano alti livelli di corruzione tra il governo, le élites locali e le multinazionali, poca trasparenza nel processo di acquisizione della terra, poco rispetto dell'ambiente e forti tensioni sociali fra i vari gruppi di popolazione a causa dell'aumento delle disuguaglianze per l'accesso alle risorse.

In un paese in via di sviluppo come il Mozambico, le opportunità create da queste attività di tipo industriale hanno bisogno di essere gestite con una buona strategia governativa di lungo periodo che possa portare benefici per la popolazione locale, diminuendo la povertà con la creazione di lavoro. Ciò risulta ancora più evidente quando si tiene in conto l'elevato tasso di crescita demografica e l'età media della popolazione che è molto bassa, creando pressioni sui servizi pubblici (settore educativo e sanitario) e sulla necessità di trovare un lavoro stabile.

Questo testo si focalizza sugli impatti dei grandi investimenti nella Provincia di Tete, dimostrando come il contesto di crescita economica e i risultati dell'implementazione dei progetti non hanno portato benefici per la popolazione locale in termini di creazione di lavoro dignitoso ma anzi, hanno allargato le fila dei lavoratori informali, così come un aumento incontrollato delle zone urbanizzate. Considerando questa situazione, si vuole anche porre l'accento sul ruolo positivo della formazione professionale e del sindacato.

Il testo è diviso in quattro parti: dopo un inquadramento teorico sugli effetti della penetrazione dei capitali stranieri in un paese in via di sviluppo come il Mozambico, la seconda parte si concentra sul contesto socioeconomico della provincia di Tete nello specifico. Nella terza parte, sono analizzate le conseguenze sociali ed economiche che si sono verificate dopo l'arrivo dei mega progetti nella provincia, grazie agli studi e i documenti forniti dall'Observatório do Meio Rural (OMR) di Maputo che nel corso degli ultimi anni ha condotto diverse analisi e ricerche per comprendere quelli che sono stati gli effetti dell'implementazione e del consolidamento di un modello economico estrattivo nel paese. Infine, si vuole analizzare il ruolo del sindacato locale all'interno di questo contesto di mancanza di lavoro, debolezza nella capacità negoziale dei lavoratori di fronte alle grandi imprese che possono essere classificate al pari di entità politiche vere e proprie, considerando il grande potere che hanno nelle decisioni produttive. Per questa ragione, è bene che il sindacato si mantenga indipendente nell'esercizio del suo potere e che riesca a creare un clima di fiducia all'interno delle categorie dei lavoratori.

**Contesto di ricerca** Il lavoro di ricerca è iniziato in Italia nel Novembre del 2018 con il supporto del Professor Mario Zamponi, coordinatore del corso di laurea magistrale in Sviluppo locale e Globale, nonché referente del progetto ISCOS per il Dipartimento di Scienze Politiche e Sociali. La prima fase è dunque consistita nella ricerca bibliografica e nell'elaborazione della domanda di ricerca. Successivamente, il lavoro di ricerca sul campo si è svolto durante un periodo di quattro mesi (Aprile – Luglio 2019) tra Maputo e Tete. I partner hanno avuto un ruolo molto importante nella realizzazione di questa ricerca, dal momento che mi hanno fornito supporto logistico, agevolando altresì l'individuazione del campione per la realizzazione delle interviste semi-strutturate: di questo campione fanno parte sia sindacalisti che giovani beneficiari dei corsi del progetto. Durante il periodo di permanenza a Maputo ho invece avuto il supporto del partner OMR, che ha dato il suo contributo nella raccolta dei dati quantitativi e degli studi sulla Provincia.

La raccolta dati è stata realizzata in due modi. In primo luogo attraverso la raccolta di dati secondari, a partire dalle statistiche ufficiali dell'Istituto Nazionale di Statistica, dal Centro di Promozione degli Investimenti, il Ministero del lavoro, impiego e sicurezza sociale. In secondo luogo, sono state realizzate delle interviste semi-strutturate a un rappresentante del Governo Provinciale, Sindacato Provinciale, a un sindacalista dei lavoratori informali, al rappresentante del IFPELAC a livello provinciale e a due formatori dei corsi. Sono state condotte inoltre 10 interviste ai beneficiari dei corsi di formazione nella sede dell'IFPELAC nella città di Tete.

## 1. Inquadramento teorico della ricerca

Nel corso degli ultimi vent'anni il Mozambico ha sperimentato una crescita economica notevole a livello di PIL che si è stabilizzato intorno al 7% tra il 2000 e il 2015. Ciò è stato dovuto in buona parte all'aumento della domanda a livello mondiale delle risorse naturali non rinnovabili, specialmente per le economie in crescita come India, Brasile e Cina. Per stimolare l'economia nazionale, distrutta dal conflitto terminato nel 1992, il nuovo governo democratico ha fatto molti sforzi per attrarre capitale straniero per l'esplorazione e l'estrazione delle sue risorse naturali.

Si è consolidata l'idea che "il potenziale economico giace nel sottosuolo" e, pertanto, il modello economico basato sull'apertura ai capitali stranieri per

l'esplorazione ha rappresentato una soluzione per uscire dal basso livello di sviluppo, portando così a un aumento del benessere e di crescita per la popolazione locale.

Estrattivismo e sviluppo sono stati considerati due lati della stessa moneta, anche dalle agenzie internazionali come la Banca Mondiale e le istituzioni di finanziamento internazionale che hanno supportato questa visione.

Il primo report della World Bank risale al 1992, intitolato *Strategy for Africa Mining* in cui si afferma che il settore minerario è la chiave per il rilancio dell'economia africana, dato che può rappresentare una fonte di guadagno per lo Stato. Perciò, nel report si trovano delle 20 linee guida per accelerare la crescita di questo settore, essendo indirizzato sia ai governi, agli investitori e ai donatori internazionali. Secondo lo stesso report, la ripresa dell'economia africana richiede uno spostamento delle priorità dei governi, attraverso una maggiore attenzione verso il settore minerario, piuttosto che perseguire altri obiettivi come il controllo delle risorse o l'aumento dell'impiego. In sostanza, stando a quanto espresso dalle indicazioni della WB, l'azione del governo deve limitarsi alla promozione e regolamentazione dell'industria, mentre il settore privato si dovrebbe occupare della gestione e operatività delle miniere, all'interno di un *fair play* in cui sia imprese che governi dividono i profitti. Questo modello è stato poi riaffermato in un secondo documento della World Bank del 2003, inserendo elementi quali la sostenibilità ambientale e un rafforzamento del ruolo della società civile.

In effetti, questo modello di acquisizione della terra non è nuovo, ma ha caratterizzato tutto il periodo coloniale. La differenza più importante ora è che i fenomeni di espropriazione vengono compiuti da privati, i quali ottengono diritti sulla terra da parte del governo nazionale.

Nello studio di Bebbington (2008) si afferma che l'autorità dello stato è costruita storicamente attraverso lo scambio di risorse che dovrebbe verificarsi fra Stato e cittadini. Tuttavia, in un paese fortemente dipendente dal settore minerario, dove questo scambio avviene prevalentemente fra Stato e corporazioni private o imprese internazionali che apportano benefici allo Stato con le attività finanziere ed economiche, si crea un meccanismo per il quale lo sforzo dello Stato è di conseguenza rivolto a queste istituzioni private per ottenere più investimenti. Contrariamente a quanto dovrebbe accadere, l'impegno dello Stato non viene canalizzato verso i cittadini nazionali, dato che le fonti di arricchimento sono prevalentemente le imprese e non l'attività economica dei cittadini.

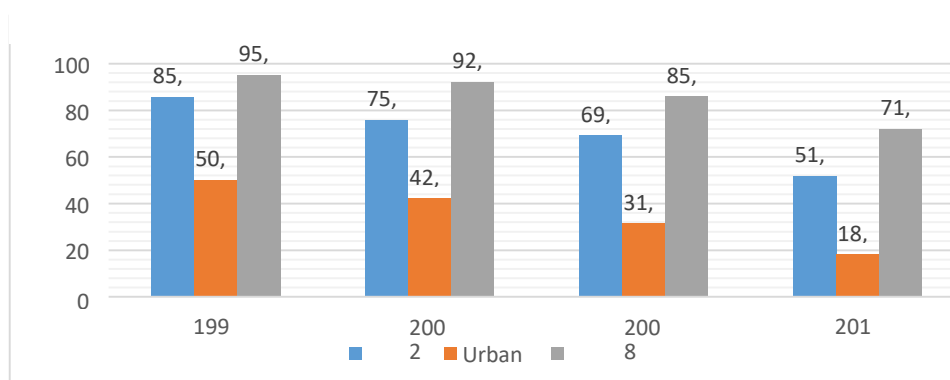
I meccanismi per incentivare gli investimenti non sono stati accompagnati poi da riforme sociali ed economiche che potrebbero essere utilizzate per incentivare lo sviluppo locale, direttamente o meno legato al settore estrattivo. Nei programmi



politici molto spesso l'obiettivo è stimolare e promuovere lo sviluppo rurale e agricolo, così come la creazione di impiego del settore formale dell'economia. La crescita economica che si è verificata in Mozambico nel corso di questo periodo considerato, tuttavia, è stata definita un «paradosso» (Castel-Branco, 2012; Dodeyne, 2014). Anche se il PIL annuo si è aggirato intorno al 7%, permettendo così al paese di rialzarsi in seguito alla distruzione causata dalla guerra civile, alcune criticità persistono profondamente. Come dimostrato proprio dal Human Development Index, il valore non ha subito notevoli mutamenti negli anni della crescita economica, aggirandosi intorno a un valore compreso fra 0.403 e 0.437 tra il 2000 e il 2017.

Inoltre, grazie alle analisi realizzate dall'Istituto Nazionale di Statistica mozambicano (INE) sulla situazione economica delle famiglie durante l'arco di tempo che va dal 1996 al 2004 (IOF 1996, 2002, 2008, 2014), è possibile comprendere l'evoluzione nel tempo della povertà nel Paese. Viene misurata la povertà in termini di consumo del nucleo familiare, una tipologia di povertà più volatile e mutabile nel tempo. Nel grafico 1 viene mostrata la povertà nel suo significato multidimensionale, ossia intesa come quelle persone che non hanno le capacità necessarie per raggiungere un livello minimo di reddito, buona salute, educazione, sicurezza e libertà di espressione (Sen, 1999). Le dimensioni valutate sono: salute, educazione, condizione abitativa, possesso di beni durevoli e libertà, che pertanto si rivela più persistente e difficile da sradicare.

Grafico 1 TASSO DI POVERTA' MULTIDIMENSIONALE (%) 1996-



Base dati IESE.

I dati dimostrano che durante il periodo di crescita economica è avvenuta una progressiva riduzione della povertà ma con livelli che si sono mantenuti sempre molto critici, soprattutto nelle zone rurali, le più soggette alla presenza di investimenti stranieri e dei progetti estrattivi. Secondo quanto affermato dalla WB questi avrebbero dovuto incentivare uno sviluppo proprio per le comunità locali attraverso il trasferimento di capacità e competenze per poterle sfruttare per

attività economiche «al di là della miniera e indipendentemente ad essa».

Secondo la *Lei de minas* (2002), qualora lo Stato reperi le operazioni di esplorazione e sfruttamento delle risorse minerarie come un beneficio economico e sociale superiore agli interessi delle comunità presenti nella zona di riferimento, può rivendicare il suo utilizzo togliendo temporaneamente la potestà a chi per prassi la esercitava o chi fosse di fatto in possesso del DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra). Prima di effettuare la richiesta della terra, l'investitore deve condurre delle consultazioni con le comunità e rendere pubblico un annuncio con i dettagli del progetto per aprire un dibattito pubblico. Ciò deve avvenire attraverso un processo trasparente e inclusivo, come previsto dalle leggi sopracitate, l'espropriazione deve avvenire solo dopo un'attività d'informazione in cui le comunità sono messe a conoscenza di tutte le attività che si svolgeranno, quali sono i loro diritti e doveri, potendo esprimere il loro consenso o dissenso. Le comunità sono quindi spesso obbligate a cedere le proprie posizioni giuridiche a favore dei titolari del progetto minerario che devono, in cambio, versare un indennizzo giusto e proporzionale agli individui colpiti.

Molto raramente una comunità formalizza i propri diritti sulla terra, basando il proprio utilizzo sulla consuetudine. Al contrario, le imprese straniere che hanno solo un meccanismo di acquisizione dei diritti sulla terra attraverso la richiesta formale della concessione riescono a formalizzare i propri diritti creando situazioni di disparità tra imprese private e comunità. Inoltre, le imprese hanno maggiori possibilità di dimostrare come le attività economiche che verranno implementate corrispondono a un «interesse nazionale», molto meno delle comunità che spesso impiegano la terra per la sussistenza o il piccolo mercato locale. Forti anche della retorica tra attività economiche estrattive e trasferimento di ricchezza all'economia locale, lo Stato è più predisposto a prioritarizzare l'utilizzo estensivo della terra che in qualche modo genera esternalità positive.

Possiamo sicuramente affermare che si verifica un minore accesso alle risorse e i danni ambientali causati dalle attività estrattive provocano un peggioramento delle condizioni del suolo, per cui si riduce ancora di più la produttività agricola, che risulta essere l'attività primaria per l'88% della popolazione locale. La mancanza di investimenti in agricoltura, insieme al peggioramento delle condizioni della terra disponibile, generano fenomeni migratori verso zone dove i mercati sono più diversificati e ampi alla ricerca di un lavoro remunerato.

Nella Provincia di Tete, così come in altre parti del Mozambico, si è dunque affermato un modello economico estrattivo e orientato alle esportazioni come

affermano differenti autori (Feijó, n.d; Castel-Branco 2016; Mosca, 2017) che riproduce un sistema già esistente nel periodo coloniale (Mosca, 2017) ovvero basata sull'estrazione degli eccedenti economici da impiegare all'estero, favorendo processi di accumulazione privati e facendo registrare disuguaglianze molto forti tra la popolazione più legata alle risorse naturali e al lavoro agricolo e quella in grado di emanciparsi e accumulare un grado maggiore di ricchezza. Ciò ha provocato una secondarizzazione dello sviluppo agricolo, nonostante la sua importanza per la sopravvivenza della popolazione, e un processo di sviluppo delle zone urbane maggiore rispetto a quelle rurali.

Come sarà dimostrato in questo studio, il caso della Provincia di Tete è emblematico per comprendere tutti i problemi relativi a un'integrazione degli investimenti stranieri per l'estrattivismo in un contesto periferico e poco sviluppato in termini industriali. I meccanismi per proteggere gli interessi delle persone colpite, come il regolamento sobre o reassentamento e à lei de minas, sono stati redatti successivamente rispetto all'implementazione dei progetti estrattivi e le promesse di lavoro sono state disattese dal momento che è risultato chiaro che i progetti sono a capitale intensivo e generano poca occupazione. La risposta del governo per creare lavoro, anche in settori collaterali a quello estrattivo, è arrivata tardi, nel momento in cui gli investimenti sono iniziati a calare.

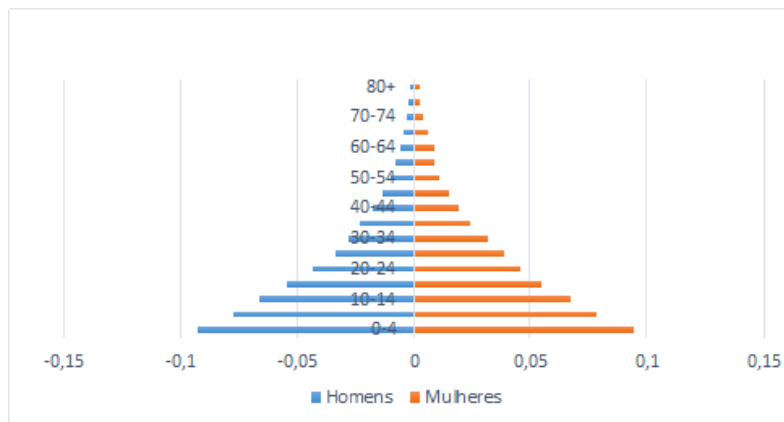
Inoltre, come sarà spiegato alla fine, le condizioni di lavoro nel settore estrattivo non erano soddisfacenti, portando problemi di sicurezza, giusto compenso e benessere per i lavoratori.

## 2. Contestualizzazione della Provincia di Tete: il *boom* economico e l'aspettativa di lavoro

Tete rappresenta la terza provincia più popolosa del Mozambico dopo Nampula e Zambesia. Tra il censimento del 1997 e quello del 2007 la popolazione è aumentata da 1.14 milioni a 1.8 milioni di abitanti, raggiungendo i 2.64 milioni nel 2017. Ciò è stato dovuto a differenti fattori, tra cui l'alto tasso di fecondità totale per donna (intorno al 5.2 come media totale del paese nel 2017).

Il grafico 2 mostra come i giovani continuano ad essere la parte più numerosa della popolazione, in particolare fra i 0 e i 15 anni.

Grafico 2: Piramide etaria Provincia di Tete



Elaborazione dell'autrice su censimento 2017

Osservando l'indice di dipendenza totale, che indica la relazione fra la popolazione potenzialmente dipendente (da 0 a 14 e 65+) e la popolazione attiva (15 a 64 anni), risulta essere preponderante il numero di popolazione inattiva rispetto a quella in età da lavoro.

Questo scenario ha molte conseguenze sul sistema economico, dato che la popolazione capace di generare reddito e accumulare ricchezza è meno della popolazione che non ne è in grado. Al contrario, la ricchezza è immediatamente messa a disposizione per assistere i membri più giovani, che si traduce in una potenziale crescita del "lavoro infantile", specialmente nel settore informale.

Dunque, l'apertura dello Stato agli investimenti stranieri non sono in assoluto negativi, poiché possono stimolare la crescita economica di altri settori, creando occupazione nel settore formale dell'economia per la popolazione dai 15 anni in su e permettere così l'accumulazione di capitale per le famiglie. La maggior parte della popolazione, tuttavia, vive in zone definite rurali e svolge prevalentemente attività agricole e di pesca di piccola dimensione che in buona parte destinano al sostentamento delle stesse famiglie, e in parte al mercato locale. I giovani e gli uomini svolgono piccole attività commerciali e sono maggiormente occupati in varie attività, come anche il lavoro stagionale e migratorio in altre parti del Mozambico o in Paesi limitrofi, in modo da allargare le possibilità di reddito per la propria famiglia. Dunque, al lavoro nei campi si aggiungono altre forme di lavoro che assicurano un piccolo salario. Questo verrà utilizzato spesso e volentieri per fronteggiare situazioni di emergenza o per finanziare l'educazione dei figli. Molte volte il lavoro remunerato è svolto all'interno del mercato informale, dove vi sono

più possibilità di trovare un lavoro anche se più pericoloso e di breve termine. Di conseguenza, l'attività agricola risulta quella più svolta come si vede dalle statistiche ufficiali:

*Tabella 1 Distribuzione della popolazione per attività lavorativa e Provincia (2014/15)*

Características seleccionadas	Ramos de Actividade									
	Agricultura, Sili-cultura e Pesca	Industria extra-citiva e minas	Industria transformadora	Energia	Construção	Transporte e comunicações	Comércio e Finanças	Serviços administrativos	Outros serviços	Total
<b>Total</b>	74,6	0,4	3,0	0,1	0,1	1,2	8,9	1,8	9,9	100,0
<b>Sexo</b>										
Homens	65,1	0,9	4,6	0,1	0,2	2,4	9,4	2,8	14,5	100,0
Mulheres	83,1	0,0	1,5	0,0	0,0	0,1	8,5	0,9	5,8	100,0
<b>Área de residência</b>										
Urbano	33,6	0,5	6,4	0,2	0,3	3,2	23,3	5,5	26,9	100,0
Rural	90,2	0,4	1,7	0,0	0,0	0,4	3,5	0,4	3,4	100,0
<b>Provincia</b>										
Niassa	84,9	0,2	1,5	0,0	0,0	0,7	5,7	1,6	5,4	100,0
Cabo Delgado	86,6	0,1	3,7	0,0	0,1	0,3	4,3	0,6	4,2	100,0
Nampula	79,7	0,2	3,2	0,0	0,0	0,6	8,4	1,3	6,4	100,0
Zambézia	86,6	0,5	1,9	0,0	0,0	0,8	4,4	0,8	5,1	100,0
Tete	88,3	0,4	1,2	0,1	0,0	0,4	3,7	1,1	4,7	100,0
Manica	73,8	0,7	3,7	0,1	0,0	1,0	8,6	1,8	10,3	100,0
Sofala	74,2	0,1	2,4	0,0	0,1	2,2	9,6	1,5	9,8	100,0
Inhambane	74,6	0,6	3,1	0,1	0,0	1,1	8,8	1,7	9,8	100,0
Gaza	68,3	1,8	2,4	0,0	0,4	1,4	9,9	2,9	12,7	100,0
Maputo Provincia	32,4	0,4	7,0	0,3	0,6	3,5	22,5	5,1	28,0	100,0
Maputo Cidade	5,9	0,2	5,9	0,2	0,5	4,3	32,9	7,5	42,6	100,0

**INE (2015) INQUERITO AOS ORCAMENTOS FAMILIARES 2014/15 PRINCIPAIS RESULTADOS - Moçambique**

Guardando la tabella 4 è possibile notare come, ancora nel 2014, il settore più importante fosse l'agricoltura (88,3%) mentre al settore dell'industria estrattiva fosse addirittura inferiore al 0,5%, facendo già intuire come, nonostante gli stimoli economici portati dalle attività estrattive, la struttura produttiva non si sia trasformata come previsto.

Le aspettative di crescita e arricchimento erano tali che nel loro studio Mosca e Selemane (2011), per dare la percezione del fenomeno, definiscono la provincia di Tete il nuovo *eldorado*.

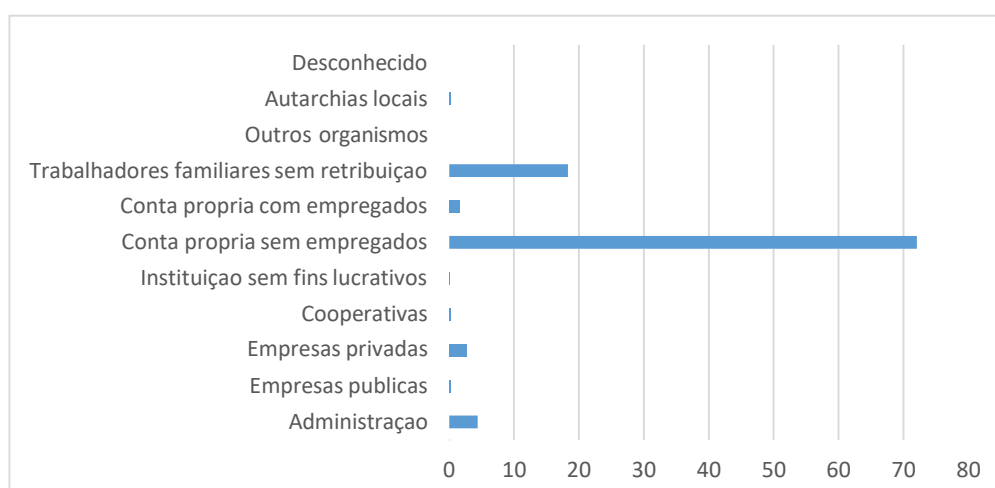
In effetti, durante la fase d'implementazione dei progetti vi è stato un aumento dell'attività economica con la diversificazione del tessuto produttivo, specialmente intorno al settore dell'industria estrattiva e nei settori dei servizi trainati da quest'ultimo, come settore delle costruzioni, hotel e ristorazione (Feijó,

2016b) ma anche arredamento d'immobili e trasporti per distanze brevi fornite prevalentemente da imprese con sedi nella zona. Questi servizi sono sorti sia per soddisfare le imprese del settore estrattivo, sia per riuscire a soddisfare la nuova domanda di servizi per la popolazione migrante, creando tipologie e qualità di servizi molto differenziate tra loro. Quando le imprese locali non sono riuscite a sostenere la domanda delle imprese, il rifornimento allora è avvenuto attraverso le importazioni. Questo elemento è emerso in modo particolare per quanto riguarda il settore alimentare. Infatti, la produzione agricola locale non rispettava per quantità e qualità le richieste delle imprese straniere. Come spiegano Mosca e Selemene (2011) le imprese hanno bisogno di alimenti per le mense e l'approvvigionamento per i tecnici stranieri o di altre provincie in quantità, qualità e regolarità, standard che i produttori locali hanno dimostrato di non essere in grado di soddisfare.

Si è dunque creato un mercato parallelo: da una parte un mercato di alta qualità e specializzato ma limitato alle imprese straniere che impiegano prevalentemente mano d'opera importata. Da un'altra, si è creato un mercato di servizi di bassa qualità e piccola dimensione per l'aumento della domanda della popolazione locale e migrante.

Il grafico 3 illustra la distribuzione delle attività economiche dei capi famiglia nelle aree rurali e urbane (IOF 2014/2015). Nei centri urbani la maggior parte dei mozambicani risulta ancora nel 2014, ovvero quando il settore estrattivo era già stato implementato, impiegato in lavori per proprio conto senza impiegati e come lavoratori familiari senza salario:

*Grafico 3 distribuzione percentuale delle attività economiche dei capi famiglia per posizione nel processo di lavoro nelle aree urbane*



Fonte: elaboração dell'autrice su dati IOF 2014/2015

Di fatto, l'implementazione dei megaprogetti crea grande aspettativa di opportunità di lavoro anche per le popolazioni vicine. Infatti, in queste circostanze, si è verificato un aumento dell'immigrazione. Secondo la ricerca "Movimentos Migratórios para Áreas de Concentração de Grandes Projectos" realizzata nel 2018, l'aumento della popolazione migrante per la città di Tete si è aggirata intorno al 52% tra il 2005 e il 2015. La ragione principale è stata individuata, attraverso le interviste realizzate, proprio nella ricerca di lavoro.

Tabella 2 Motivi per migrare per Provincia

Cidade de Destino	Período Migratório					Total
	Maputo	Tete	Quelimane	Nacala	Pemba	
Emprego/ Rendimento	63,5%	68,9%	47%	83,6%	57,6%	64,1%
Acesso a educação	20,9%	4%	15,7%	20,9%	7,6%	13,7%
Ajuntamento com familiares	17,6%	13,2%	16,2%	11%	9,9%	13,5%
Condições de segurança	3,6%	2,9%	41,1%	5,7%	2,6%	11,3%
Acesso a alimentação	1,9%	2,9%	6,8%	23,2%	9,4%	8,9%
Acesso a energia	1,9%	1,1%	9,4%	18,8%	7%	7,7%
Acesso a água	1,9%	1,3%	8,9%	17%	7,8%	7,5%
Acesso a transporte/ comunicação	1,4%	0,8%	6,8%	21,4%	6%	7,3%
Acesso a saúde	3%	1,6%	11,5%	15,9%	3,9%	7,2%
Produtos /serviços disponíveis	3%	1,3%	7,3%	12,5%	2,6%	5,4%
Acesso a terreno	0,5%	0,8%	1%	10,4%	2,9%	3,2%
Outro motivo	4,7%	5,2%	0%	2,1%	3,4%	3%

Grafico preso da: Movimentos Migratórios para Áreas de Concentração de Grandes Projectos (Feijó e Raimundo, 2017)

L'aumento delle opportunità di lavoro, l'arrivo degli stranieri e degli specialisti, la domanda di servizi indirettamente legati all'implementazione della miniera, si realizza in un momento ben definito del ciclo di progetto. Nell'analisi sull'industria estrattiva, Selemene (2017) individua cinque fasi nel ciclo di progetto: l'installazione della mina corrisponde alla terza fase, che è anche quella di maggiore stimolo per l'economia. Quando comincia l'esplorazione si entra già nella quarta fase e il lavoro nella miniera è prevalentemente svolto dalle macchine, serve poco personale specializzato per il monitoraggio delle attività le opportunità di lavoro diminuiscono.

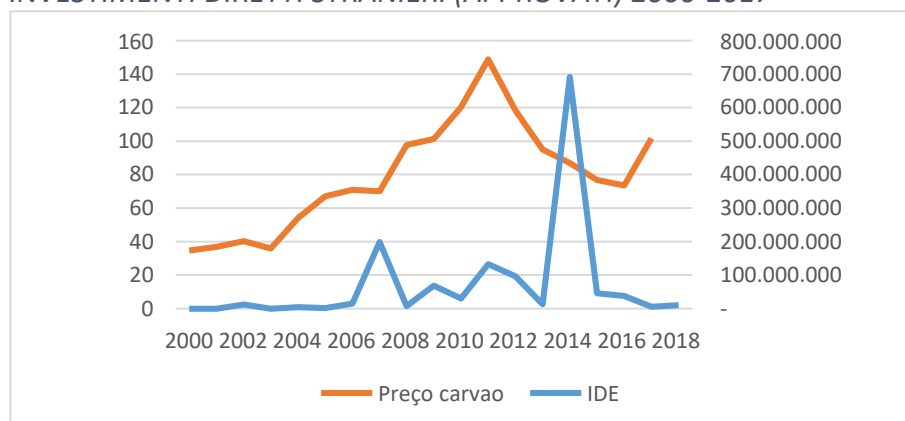
Come afferma Castel-Branco (2016) anche il lavoro che si crea indirettamente non è conseguenza diretta del megaprogetto. Affinché si generi lavoro indirettamente, bisogna creare dei legami fra i vari settori produttivi, a monte e a valle. Per poter implementare questi legami è necessario più investimenti.

Se non si crea questo legame, il lavoro sarà comunemente di breve termine e cesserà con la fine delle attività industriali.

### 3. La fase di *implosão*

Come dimostra il grafico 4, gli investimenti hanno subito un arresto nel 2014, momento in cui il prezzo internazionale del carbone è iniziato a calare:

*Grafico 4 PREZZO DEL CARBONE SUL MERCATO INTERNAZIONALE E VOLUME INVESTIMENTI DIRETTI STRANIERI (APPROVATI) 2000-2017*



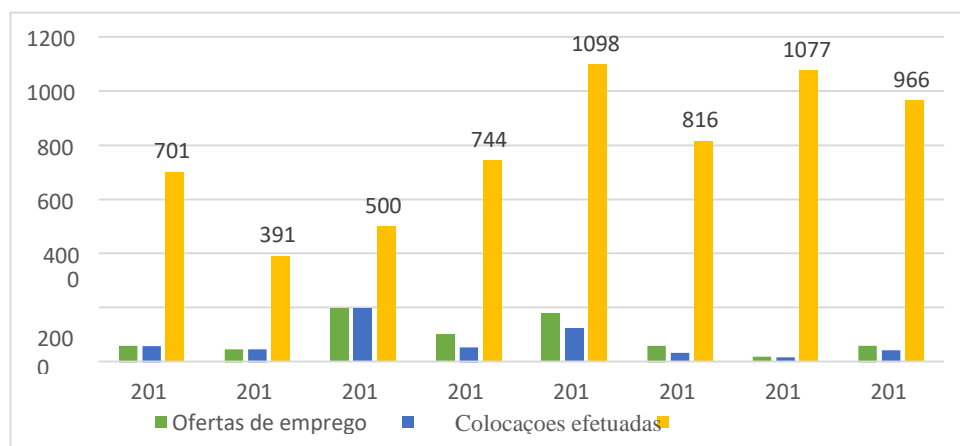
Fonte: elaborazione dell'autrice su dati CPI e *U.S. Energy Information Administration*



Il grafico mostra soprattutto quanto il settore estrattivo sia dipendente dal mercato Internazionale. La diminuzione del prezzo ha paralizzato le attività estrattive nel territorio, rendendo anche il Paese meno attrattivo per le imprese investitrici. Come afferma Selemane (2016) «quello che è successo negli ultimi cinque anni è una dimostrazione del fallimento del modello di sviluppo economico basato sull'estrazione di risorse minerarie senza una strategia interna. La scommessa sull'estrazione di minerali, tenendo alla base solamente la volontà e i piani degli investitori stranieri, pensando al mercato internazionale senza piani né azioni concrete di utilizzo interno delle risorse ha pregiudicato lo sviluppo di Tete e del Paese» (Pag.1).

Chi ha perso prevalentemente da questa implosione è stata sia la popolazione in generale, a causa dei danni ambientali e alla salute, la popolazione migrante e con bassa qualifica professionale. In effetti, la maggioranza della popolazione lavoratrice si è spostata nel settore informale. La formazione professionale e l'integrazione delle persone nel mercato formale è arrivata tardi, come dimostra il grafico seguente:

*Grafico 5 Formazione professionale realizzata, offerte di lavoro formale e*



Fonte: elaborazione dell'autrice su base dati MITESS

Le esigenze di realizzare attività di formazione professionale hanno portato alla creazione e riabilitazione di diversi centri di formazione e l'aumento dell'offerta formativa di scuole tecniche di livello superiore. Solo nel 2011 entra in funzione nella città di Tete il centro di formazione professionale IFPELAC ma, paradossalmente, si è verificato con estremo ritardo rispetto al momento di boom economico sperimentato dalla Provincia, in concomitanza con il momento di rallentamento economico.

Come dimostra il grafico qui sopra, nel 2017 il numero di persone iscritte ai centri di formazione era di 70 volte superiore alle offerte di lavoro create. La soluzione del governo è quella di fornire pertanto kit di autoimpiego per avere strumenti di base per aprire una propria attività e iniziare a lavorare. Individui formati che non trovano lavoro nel settore formale decidono di aprire le proprie attività spesso in maniera informale e di conseguenza instabile e priva di qualsiasi tutela sociale. Ciò entra in collisione con la visione programmatica del governo, espressa nel PQG 2015-2019, che menziona il lavoro informale nel senso di “convertire” il commercio informale in una rete strutturata e formale ed “educare” i lavoratori informali nella formalizzazione della propria attività. Non sono chiare le azioni intraprese per raggiungere tali obiettivi, quello che però si realizza nel concreto è ancora una volta un’assenza di pianificazione di lungo termine dalla quale viene fuori una frammentazione forte del mercato del lavoro.

Lo spostamento nelle zone urbanizzate alla ricerca di un impiego è diventata una delle priorità per la maggior parte della popolazione locale, tuttavia è stata anche causa di forti problemi infrastrutturali, economici e sociali. Come sottolineano Agy e Feijó (2015) «da una parte, questo esodo rurale anche se temporaneo, potrebbe essere inteso come un fattore distruttivo per la logica di sopravvivenza rurale. Dall’altro lato, gli ultimi anni sono stati accompagnati dalla comparsa di numerosi megaprogetti con effetti moltiplicatori in altri settori dell’economia (costruzioni, piccoli stabilimenti di alimenti e bevande o nel settore informale) che sono stati responsabili per l’attrazione di una grande quantità di manodopera non qualificata nei centri urbani e commerciali, la maggior parte intorno alle zone rurali» (pp. 274 e 275).

Di conseguenza a questo scenario, il lavoro informale e il lavoro occasionale diventano le principali soluzioni alla mancanza di offerta di lavoro ben remunerata nel settore formale dell’economia. Nell’ambiente urbano, dove per altro risiedono i principali servizi legati al settore estrattivo, si trovano maggiori opportunità di lavoro. Tuttavia, la mancanza di una pianificazione strategica per accogliere tale fenomeno migratorio incontrollato ha avuto diverse conseguenze sul funzionamento e l’accessibilità delle infrastrutture e servizi di base, che sono rimasti impreparati e deboli.

Al contrario, nelle zone rurali si verifica una perdita di opportunità di accesso al mercato. Dopo che le imprese acquisiscono i diritti sulla terra dove prima risiedevano le comunità, senza un processo di spostamento regolamentato dalla legge, queste finiscono in zone lontane dai centri urbani e spesso anche infertili.

La città di Tete si presenta, ad oggi, come il risultato più visibile di tale processo descritto. Nonostante gli effetti dell'implosione siano stati evidenti specialmente per le fasce più povere della popolazione e per la manodopera meno qualificata, la città continua ad essere una meta ambita per gran parte della popolazione rurale nella speranza di migliorare le proprie condizioni di vita e quella dei propri figli, data la maggiore accessibilità all'istruzione secondaria e professionale che, come abbiamo visto, ha cominciato a svilupparsi negli ultimi anni, sebbene nel momento conclusivo del boom economico.

#### 4. Opportunità di lavoro e il lavoro dignitoso: il ruolo del sindacato

Altre questioni legate al lavoro nelle città, in particolare per ciò che riguarda il lavoro formale, sono:

- 1. Quali sono le reali possibilità che i giovani incontrino lavoro nella città?*
- 2. Quali sono le condizioni dei lavoratori che sono riusciti a trovare un lavoro in attività direttamente o indirettamente legate ai megaprogetti? Si tratta di lavoro dignitoso?*

Con lavoro dignitoso si intende un lavoro che, oltre ad assicurare un salario decente per vivere, garantisce condizioni di sicurezza nel luogo di lavoro, assicura protezione sociale per gli individui e le famiglie, pari opportunità tra uomini e donne, integrazione sociale e libertà di espressione così come di associazione in gruppi sindacali

Durante il periodo di ricerca ho avuto modo di intervistare e dialogare con alcuni ragazzi beneficiari del corso di formazione dell'IFPELAC che è stato realizzato grazie al contributo del progetto di ISCOS Emilia-Romagna, in partnership con il sindacato locale. Lo scopo di questi corsi di formazione, oltre che agevolare l'accesso al lavoro e migliorare le capacità professionali dei giovani di Tete, ha l'obiettivo di introdurre elementi di diritto del lavoro, sicurezza e salute e risoluzione dei conflitti, grazie al contributo del sindacato, affinché gli individui entrino in maniera più consapevole nel mondo del lavoro. Pertanto, attraverso la mia ricerca di terreno ho tentato di comprendere quale sia stato negli ultimi anni

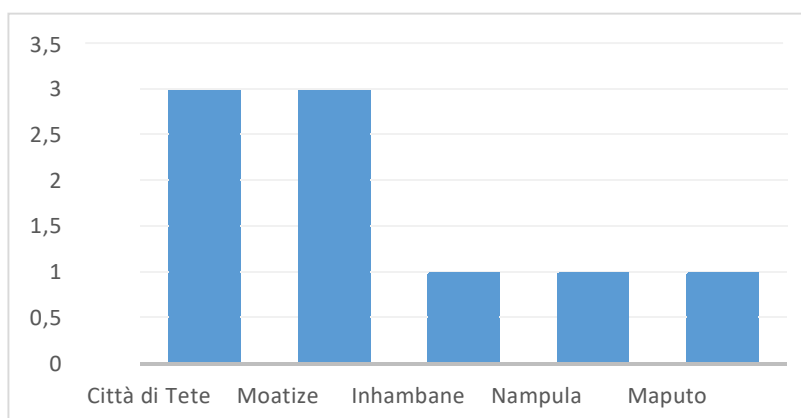
il ruolo del sindacato come attore negoziale, quali siano le sue difficoltà nell'affermarsi come ente autonomo di promozione di lavoro dignitoso e quali opportunità possa avere nel migliorare la condizione dei lavoratori.

La presenza del sindacato mi ha inoltre permesso di comprendere il suo ruolo come attore negoziale, quali sono le maggiori difficoltà nell'affermazione del sindacato come istituzione autonoma e le opportunità che questo ha nel migliorare le condizioni di vita dei lavoratori.

#### 4.1 Descrizione del campione

Il gruppo di intervistati è stato scelto a partire dai partecipanti di due corsi di formazione previsti dall'Istituto IFPELAC nell'ambito del progetto di ISCOS in partnership con il sindacato locale, orientati a una formazione per elettricista e meccanico. I gruppi erano molto numerosi e la formazione era principalmente composta da uomini (la presenza delle donne era del 2% sul totale) di un'età compresa fra i 19 e i 35 110 anni. Sull'intero gruppo beneficiario della formazione, il numero degli intervistati è stato di 10, e la fascia d'età degli intervistati si distribuiva tra 22 e i 28 anni. Tutti gli intervistati hanno completato il ciclo di studi secondario e sono pronti per entrare nel mercato del lavoro. La provenienza degli intervistati è la seguente:

*Grafico 6 Origine degli intervistati*



Elaborazione dell'autrice su base dati raccolti dalle interviste

Tutti sono nati in città o vi si sono trasferiti da piccoli, nessuno di loro ha figli ma vivono con la propria famiglia di origine che di solito comprende dai tre ai sei

membri per nucleo familiare. Otto intervistati su dieci hanno almeno un genitore impiegato nel lavoro formale in particolare, professori di scuola superiore, impiegati in banca e nella pubblica amministrazione. Come ha spiegato un intervistato, è grazie al lavoro del genitore che ha potuto frequentare il liceo tecnico e fare richiesta per entrare in qualche impresa mineraria. Uno dei ragazzi che proviene dalla Provincia di Inhambane ha spiegato così la sua situazione:

«Mio padre si è trasferito qui quando avevo solo due anni, nel 2009, perché voleva trovare lavoro per la miniera. Avevamo dei parenti qui a Moatize che hanno detto a mio padre di venire e cercare lavoro. C'erano tante cose da costruire, attività commerciali nuove. C'era molto movimento. Così è partito e dopo un anno lo abbiamo raggiunto perché era riuscito a trovare un lavoro come meccanico per un'azienda mozambicana subcontrattata dalla Vale. Adesso lui non lavora più lì perché la Vale non aveva più bisogno dell'impresa e non ha rinnovato i contratti. Quindi si è aperto un'attività di ferramenta vicino il ponte Samora Machel. Non guadagna tanto perché c'è tanta competizione. Tutti aprono sempre attività di questo tipo, quindi i prodotti venduti sono molto reperibili e a basso prezzo. Per questo sto partecipando al corso. Ho imparato tanto da lui e spero di trovare un lavoro ben pagato e sostenere la mia famiglia adesso che ho finito gli studi»

Le nuove attività estrattive a partire dalla fase di costruzione e implementazione del progetto hanno dinamizzato l'economia, creando grandi aspettative di impiego spingendo molte persone a sfruttare queste opportunità anche da diverse parti della nazione.

Solo uno degli intervistati, il più grande con un'età di 28 anni, ha esperienza come muratore presso un'impresa subcontrattata dalla Vale, di durata annuale, al termine della quale il contratto non è stato rinnovato. Durante la sua permanenza nell'impresa è stato scelto come rappresentante per i lavoratori. Quando ho chiesto in che cosa consistesse il suo ruolo di rappresentante però, ha avuto difficoltà a spiegarsi non avendo avuto sufficienti informazioni in merito. L'insoddisfazione per le condizioni di lavoro era tanta ma le modalità di protesta erano molto confusionarie e poco organizzate e spesso il ragazzo si trovava di fronte un gruppo di manifestanti che impediva agli altri di entrare a lavoro:

«L'impresa cambiava sempre le regole del gioco, gli orari, i contratti e noi non sapevamo come ribellarci. Approfittava della nostra ignoranza e infatti poi hanno deciso di non rinnovare l'accordo. C'erano anche tante manifestazioni e scioperi e questo non piaceva ai capi dell'impresa, ma cosa dovevamo fare? C'era grande confusione e non sapevamo cosa fare per farci ascoltare. Sono molto deluso,

eravamo tutti insoddisfatti per le condizioni lavorative però almeno guadagnavamo qualcosa quindi non volevo perdere il mio lavoro»

Grazie alle competenze acquisite e alla necessità di mettere dei soldi da parte per aiutare la famiglia anche lui ha continuato a sfruttare la sua esperienza prestando servizio come muratore per il proprio quartiere in forma occasionale, anche se lo scarso rendimento dell'attività lo ha indotto a partecipare al corso di formazione come meccanico, sperando di trovare maggiori possibilità di impiego.

Non vi sono altri intervistati che abbiano esperienze pregresse nel settore formale del lavoro, al contrario, tutti hanno terminato la scuola secondaria mentre praticavano attività di supporto alla famiglia, ovvero lavori occasionali che riguardano principalmente: pescatore, giardiniere, elettricista, taxista e piccola imprenditoria familiare. Tutte queste attività sono svolte per aiutare il lavoro di parenti e amici. Inoltre, ciò permette di acquisire competenze per poter accedere a settori economici in crescita.

Per quanto riguarda le attività agricole, nessuno dei ragazzi la pratica, dal momento che solo qualche parente più distante vive nelle zone rurali mentre i genitori, come già accennato, svolgono lavori in città e nel settore formale dell'economia. Dalle risposte è emersa anche una generale tendenza da parte dei più giovani di considerare il lavoro rurale come tradizionale e praticato dalla popolazione più povera, talvolta associandola al lavoro "dei nonni". Secondo Agy e Feijó (2015), l'inserimento nei contesti urbani e quindi la vicinanza a plurime opportunità educative per i giovani, comportano di conseguenza maggiori aspettative di carriera verso altri settori dell'economia e che consolida uno «stigma del lavoro agricolo come arduo e sporco, specialmente diffuso fra i giovani dei centri urbani, più integrati in una società di consumo emergente che provano meno interesse verso le attività agricole» (Pag.295)

Solo uno degli intervistati fa parte di una piccola associazione di elettricisti che comprende attualmente cinque collaboratori che svolgono servizio specialmente per le zone più povere e periferiche. Tra tutti è l'unico la cui aspirazione principale è di tipo imprenditoriale, ovvero approfondire la conoscenza della materia per poter supportare e ampliare la crescita di questa associazione.

4.2 «Il sindacato neanche esisteva quando sono arrivate le imprese»

«Sono felice di aver intrapreso questa esperienza di formazione, soprattutto perché ho scoperto che i sindacati non sono amici dell'impresa. La gente non lo sa. La gente pensa che i sindacati siano come affiliati all'impresa, contro i lavoratori. Grazie al corso ho scoperto che non è così ma anzi è il contrario. Sono contento perché quando sono arrivate le imprese c'era molta confusione e il sindacato neanche esisteva a quei tempi. Forse le cose stanno cambiando»

Da queste parole emergono due dati importanti, il primo è il generale sentimento di *desconfiança*, una parola molto pronunciata durante le interviste e i colloqui con il sindacato, che esprime la mancanza di fiducia diffusa verso il ruolo del sindacato e il suo compito di intermediazione fra imprese e lavoratori. La *desconfiança* è un termine che si ripete spesso, anche quando vengono analizzati i rapporti fra imprese e sindacati, ma anche fra rappresentanti sindacali e gli stessi lavoratori.

Un altro elemento che viene fuori è rappresentato dal fatto che, secondo il ragazzo, il sindacato non esisteva quando le imprese sono arrivate. Il sindacato è un'istituzione che ha fatto fatica ad affermarsi con l'arrivo delle attività estrattive, soprattutto come ente indipendente che promuove il dialogo sociale, le negoziazioni e la tutela i lavoratori:

«la nostra sfida più grande è quella di essere veramente indipendenti dalle imprese. Siamo riusciti nel tempo ad essere presenti nella maggior parte delle medie e grandi imprese, sia straniere che nazionali, avendo una rappresentanza e dei comitati sindacali. Ma non è stato semplice perché abbiamo dovuto prima svincolarci dal potere delle grandi multinazionali che volevano ostacolare la nostra presenza cooptandoci e rendendoci un istituto di sorveglianza, infatti tutt'ora negoziare è molto difficile. E poi siamo ancora in una fase in cui i lavoratori non si fidano di noi, in cui dobbiamo lottare per dimostrare che siamo dalla loro parte e che ci sono dei diritti e dei doveri imprescindibili»

Secondo il Segretario provinciale è stato difficile affermarsi durante i primi anni, specialmente per la forte pressione esercitata dalle imprese e dal governo centrale a cui spettano le principali decisioni in merito di concessione di terra. Come messo in evidenza anche dallo studio di Coelho (2016) «le imprese hanno interesse nell'indebolire o cooptare i sindacati dei lavoratori per diminuire le proprie spese su di essi e aumentare la produttività. Tuttavia, nel settore minerario, l'indebolimento deisindacati ha altri effetti oltre alla smobilitazione dei lavoratori. In questo modo, le imprese diminuiscono la possibilità del sindacato di

solidarizzare con la popolazione colpita dalle attività minerarie. Con un esiguo numero di lavoratori locali sindacalizzati e con un maggior tasso di disoccupazione regionale, la popolazione accetta più facilmente i dumping sociali e ambientali» (Pag.180)

Pertanto, uno degli obiettivi che dovrebbe porsi l'organizzazione sindacale dovrebbe essere un dialogo sociale che coinvolga diverse parti sociali, tentando inoltre di canalizzare le diverse istanze dei gruppi di interesse in modo da mettere in risalto, in maniera più organizzata, quali siano le problematiche principali dei diversi gruppi, limitando in questo modo, rivolte e scioperi completamente disorganizzati e dispersivi che minano la credibilità dell'istituzione.

Tuttavia, lo stesso Segretario afferma con orgoglio che alcuni progressi sono stati fatti, per esempio, il fatto di essere riusciti ad essere presenti nella maggioranza delle medie e grandi imprese straniere e nazionali presenti sul territorio, attraverso l'attivazione dei comitati sindacali. Viene sottolineato anche il fatto che negli ultimi anni il numero degli iscritti sia aumentato e che sono state condotte negoziazioni di successo in cui la violenza e gli scioperi sono stati limitati al massimo, riuscendo ad avere risultati favorevoli per i lavoratori. Ma anche con molta onestà, viene ammesso che la strada per una reale indipendenza è ancora lunga e che il potere negoziale del sindacato viene spesso sottovalutato.

Oltre un percorso di rafforzamento ancora in atto su temi strettamente legati ai lavoratori delle imprese, è la mancanza di una connessione con altri settori dell'economia e strati di popolazione che sono direttamente o indirettamente colpiti dalle attività minerarie verso cui il sindacato potrebbe assumere un compito di rappresentatività e advocacy, anche grazie a una rete integrata con le associazioni della società civile. Tuttavia, l'opinione diffusa anche fra le emergenti associazioni locali di cui si è precedentemente parlato, che collaborano maggiormente con le comunità, è di generale scetticismo sull'operato del sindacato visto come affiliato all'impresa e privo di capacità negoziale per cui una collaborazione risulta ancora lontana e difficoltosa.

#### 4.3. «Se ti ribelli nuoci agli altri, se non ti ribelli sei complice»

Durante la ricerca di terreno, grazie alla collaborazione del sindacato provinciale, abbiamo organizzato una riunione con diciotto rappresentanti dei comitati sindacali. Un confronto molto utile per comprendere come lavorano i comitati, come si organizzano e quali sono le maggiori criticità insite nell'organizzazione dei



sindacati.

Durante il meeting è emersa una forte disparità fra i presenti in termini di conoscenza delle modalità di azione del comitato, del suo potere negoziale e degli strumenti di dialogo con le imprese, questo perché alcuni erano membri nuovi mentre altri erano attivi nel sindacato dall'arrivo delle miniere, dieci anni prima, avendo dunque acquisito nel tempo più esperienza.

Molti dei rappresentanti non si conoscevano fra loro e si sono ritrovati comunque d'accordo sulla maggioranza delle questioni affrontate, individuandole come problematiche comuni benché appartenessero a settori e imprese diverse fra loro. Per questo motivo, molti di loro hanno sottolineato fortemente la volontà di ripetere un'esperienza del genere, in cui i segretari di ciascun ramo del sindacato guidassero la discussione come dei moderatori ma lasciassero spazio ai sindacalisti più anziani di confrontarsi con quelli più giovani per trovare soluzioni comuni. Un tale confronto, come sottolineato da uno di loro, «è un modo di sentirsi più vicini, di condividere, di confrontarsi che può solo essere utile per trovare soluzioni alternative e per aiutare chi è in difficoltà. Questo dovrebbe essere l'essenza del sindacato».

Le parole di questo sindacalista si possono mettere a confronto le risposte date dal gruppo dei ragazzi beneficiari del corso di formazione dell'IFPELAC. Per questi ultimi, l'aver appreso le norme e le leggi del lavoro prima dell'esperienza lavorativa ha significato piantare i semi per sviluppare un sentimento di gruppo e di appartenenza. Uno dei ragazzi, durante una conversazione di gruppo infatti, si era rivolto agli altri colleghi:

«lo non sapevo cosa fosse il sindacato e quale fosse la sua funzione, e penso sia molto importante. Anzi, non dovremmo perderci di vista. Dovremmo condividere le nostre esperienze in futuro e rimanere uniti come gruppo adesso che abbiamo imparato tutto questo»

Molti dei rappresentanti, infatti, hanno iniziato a comprendere le dinamiche sindacali e della negoziazione con l'impresa in corso d'opera, quando erano già dentro il sindacato, eppure, il risultato raggiunto sembra convergere, sebbene venga da due esperienze collettive molto diverse: sviluppare una consapevolezza di far parte di una stessa categoria o comunità, che condivide problematiche e speranze comuni e che ha gli strumenti oppure che mette insieme una conoscenza frammentata con l'obiettivo di trovare una strategia comune di intervento.

Per fare ciò, tuttavia, il sindacato ha bisogno di una rete integrata con le associazioni della società civile, organismi indipendenti di ricerca e di azione che lo appoggino in parte nella propria autonomia. Come affermano Castel-Branco et al. (2017) i sindacati hanno un compito fondamentale, non solo nella divulgazione delle informazioni ma anche nella protezione dei lavoratori contro rappresaglie, mediante la presentazione delle lamentele collettive contro chi impiega, il fornimento di assistenza giuridica e la mobilitazione del potere collettivo intorno alle rivendicazioni dei lavoratori. Una forza lavoro forte e ben organizzata ha più possibilità di fiscalizzare il compimento delle legislazioni e denunciare le violazioni.

L'affermazione del sindacato come ente indipendente è molto complessa, anche a causa di quel sentimento di sfiducia di cui accennato prima. Il termine ritorna più volte, anche durante la sessione con i sindacalisti, quando viene chiesto di esporre quelli che, secondo loro, sono i principali problemi del sindacato. Ciò si verifica sia nel rapporto con i lavoratori che nel rapporto con le imprese:

«Il capo dell'impresa ci guarda con sospetto, come se fossimo a priori dei nemici, ponendosi subito in una posizione di difesa. Quando inizia il confronto durante le riunioni, sembra che non voglia proprio ascoltare cosa vuole comunicare il lavoratore prima ancora di sapere quale sia il tema. Anzi, pensa che noi del sindacato vogliamo chiedere necessariamente qualcosa che sicuramente lui non può concederci»

Molti parlano proprio di "distanza" fra lavoratori e imprese, in particolare secondo alcuni rappresentanti l'impresa considera i comitati dei semplici educatori dei lavoratori che abbiano in qualche modo un ruolo di sorveglianza nei confronti del comportamento dei lavoratori che non metta mai in discussione la politica dell'impresa.

«Questo diviene ancora più paradossale quando si pensa che noi dobbiamo accettare la politica dell'impresa a tutti i costi, ma non conosciamo le mete di produzione. Eppure siamo noi i promotori della produzione. Senza di noi si ferma tutto».

Un altro fenomeno riportato è un certo grado di mancanza di comunicazione e di fiducia all'interno stesso del comitato: «Le riunioni fra sindacato e impresa dovrebbero svolgersi mensilmente, dopo aver parlato con i lavoratori ed esserci confrontati fra di noi sulle problematiche da far presenti ai capi dell'impresa. Il problema è che spesso si verificano due eventi: qualche rappresentante dei sindacati parla in anticipo con i lavoratori, rivelando i contenuti della riunione.

Quando alcuni dei lavoratori scoprono che sono state escluse delle problematiche rispetto ad altre, cominciano a organizzarsi per scioperare contro l'impresa e contro il sindacato, non trovando altre maniere per farsi ascoltare. E la colpa, però agli occhi dell'impresa, ricade su di noi. Un altro evento che può verificarsi, secondo me ancora più grave, è quando un rappresentante stesso del comitato comunica ai capi dell'impresa i temi che verranno presentati alla riunione con anticipo, facendo perdere così tante opportunità di negoziare perché il capo, conoscendo già i temi, arriva preparato alla riunione trovando delle soluzioni per non soddisfare le richieste. Anche in questo secondo caso, il sindacato perde di credibilità e i lavoratori smettono di fidarsi di noi e del nostro potere negoziale, organizzando manifestazione e scioperi»

## 5. Creazione di lavoro e lavoro dignitoso

Un altro problema messo in evidenza è che i molti lavoratori non comprendono i benefici di appartenere al sindacato. Si preferisce manifestare e scioperare invece di affidarsi all'azione del sindacato. Ciò si traduce in perdita di lavoro, specialmente per le categorie meno specializzate, dato che l'elevata domanda di lavoro permette all'impresa di sostituire facilmente i lavoratori. Lavorare nelle imprese, quindi, sebbene aiuti il governo a raggiungere l'obiettivo di creazione di lavoro, non sempre si traduce in un lavoro a buone condizioni.

Secondo ciò che è stato affermato dai sindacalisti sul tema, i problemi principali sono:

1. L'aggiustamento salariale dovuto all'inflazione e l'ottenimento di bonus legati al raggiungimento della meta produttiva
2. La condizione alimentare dei lavoratori: molti affermano che le condizioni dei servizi e dell'alimentazione sono migliorate nel corso degli ultimi anni. Alcune imprese come la Vale hanno una mensa per gli impiegati. Tuttavia, ci sono molti casi di cattiva alimentazione, specialmente nelle piccole imprese.

Ad esempio, alcune imprese non hanno luoghi adatti per conservare il cibo portato dal lavoratore. Per ovviare a questo problema, alcune imprese danno un ammontare di denaro per comprare il pasto, ma alcuni preferiscono rivendere il cibo comprato per guadagnare qualche soldo in più rischiando di non mangiare per una giornata intera.

### 3. Per ciò che riguarda la sicurezza sociale dei lavoratori:

La Costituzione mozambicana garantisce il diritto alla protezione sociale per tutti i cittadini. Il suo regime giuridico è stato rafforzato con l'approvazione di la Lei da Protecção Social 4/2007 che comprende diversi gradi di protezione sociale, come la *Segurança Social Básica* che è fornita senza contributi e la *Segurança Social Complementar o Obrigatoria*, entrambe contributive. Secondo il report dell'IndustriAll (2019) il Mozambico dispone di diversi strumenti di protezione sociale ma ancora in via di sviluppo. Al momento tali strumenti coprono solo i lavoratori del settore formale pubblico e privato. Nel 1989, inoltre, è stata creata l'Istituto Nazionale di Sicurezza Sociale (INSS) per i lavoratori del settore privato, che ha il compito di garantire la sussistenza dei lavoratori e/o dei propri familiari in situazioni di mancanze o diminuzione di capacità per lavorare.

Secondo i rappresentanti sindacali il sistema non funziona a causa della forte burocratizzazione:

«Accedere al servizio è molto caro. Bisogna raccogliere molti documenti per poter avere isoldi versati con i contributi. Sicuramente, chi ha un salario di base non può accedervi. Due miei colleghi sono morti sei mesi fa. Ancora le famiglie non hanno ricevuto niente. L'istituto richiedeva dei documenti in possesso dell'impresa ai quali la moglie, che peraltro non sa leggere, non poteva accedervi. Ho passato molto tempo ad aiutare le famiglie essendo più a contatto con la burocrazia e le imprese e nonostante questo ancora la questione è rimasta in sospeso. Entrambe le donne non hanno studiato e il lavoro dei maritirappresentava la maggiore fonte di reddito per la famiglia».

## CONCLUSIONI

I grandi progetti estrattivi hanno portato a una crescita economica rilevante per il PIL del Mozambico durante gli ultimi anni. Inoltre, le aspettative di impiego hanno stimolato un processo migratorio interno che la Provincia però non era preparata ad accogliere, creando molta pressione e difficoltà ad accedere ai servizi di base per gran parte della popolazione. Soprattutto fra i giovani si creano molte aspettative di guadagno nelle zone di espansione urbana.

Le aspettative di creazione di impiego, tuttavia, non sono state soddisfatte dal

momento che il settore estrattivo è a capitale intensivo e genera pochi posti di lavoro per mano d'opera specializzata. La popolazione senza qualifica può sperare di trovare un lavoro a breve termine o in settori indirettamente legati a quello estrattivo. Tuttavia, ci sono dimostrazioni che il lavoro nel settore formale a volte non è garanzia di benessere o miglioramento di condizioni di vita, dovuto alla mancanza di potere da parte dei lavoratori di fronte alle imprese che posseggono maggior potere negoziale e, in un contesto di fragilità istituzionale del sindacato dei lavoratori, stabilisce le regole del gioco.

La formazione professionale risulta essere una possibile soluzione per affrontare il problema. I giovani beneficiari sono rimasti molto soddisfatti della qualità dei corsi, e in particolare, l'apprendimento del diritto del lavoro permette loro di entrare in maniera più consapevole nel mercato. Inoltre, si è creato un sentimento di unione tra i giovani e un sentimento di fiducia nei confronti del sindacato, grazie alla partecipazione alle formazioni sindacali.

Inoltre, la formazione permette ai giovani di acquisire competenze da spendere non solo nella Provincia di Tete ma anche in altre parti del Paese. Molti di loro infatti non avendo ancora una propria famiglia, sono disponibili a spostarsi in altre zone del paese, secondo ciò che è stato riferito durante le interviste.

Per ciò che riguarda il ruolo del sindacato, negli ultimi anni l'istituzione è riuscita a creare comitati sindacali dentro le maggiori imprese e ottenere maggior potere negoziale. Per poter avere più fiducia da parte della popolazione, sarebbe utile provare a mettere in pratica azioni in congiunto con altre organizzazioni della società civile, in modo da non rimanere chiusa nella sfera del lavoro formale dato che:

1. Molti lavoratori che rimangono senza lavoro, entrano nel mercato informale senza protezione per la salute e senza garanzia di un salario stabile.
2. Le attività estrattive incidono sull'ambiente negativamente, riducono l'accesso alla terra per l'agricoltura che rappresenta una delle attività principali per la popolazione, con conseguenze gravi per la sussistenza delle famiglie. Pertanto, il sindacato potrebbe avere un ruolo nell'ottenimento di maggiori diritti per le comunità rurali colpite dalle attività estrattive attraverso il suo potere negoziale, condividendo azioni con altre associazioni locali.

## BIBLIOGRAFIA

Agy A., Feijó J. (2016), *PROCESSOS MIGRATÓRIOS, TRABALHO AGRÍCOLA E INTEGRAÇÃO NOS MERCADOS EFEITOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE GRANDES PROJECTOS SOBRE COMUNIDADES CAMPONESAS* in IESE, *Desafios para Moçambique 2015*, Maputo, Mozambique.

Ali R., Castel-Branco C.N., Muianga C. et al, (2017) *Emprego e transformação económica e social em Moçambique*, IESE, Maputo, Moçambique.

Bebbington A., Hinojosa L., Bebbington D.H , Burneo M.L. e Warnars X., (2008) *Contention and Ambiguity: Mining and the Possibilities of Development* in *Development and Change* 39(6): 887–914

Besharati, Neissan A., *Raising Mozambique: Development Through Coal* in SAIIA Policy Briefing 56

Bruna N., (2014) *METODOLOGIA DE ESTUDO DOS IMPACTOS DOS MEGAPROJECTOS*, Observator Rural 41, OMR

Coelho T.P., (2016) *Noventa por cento de ferro nas calçadas: mineração e (sub)desenvolvimentos em municípios minerados pela Vale S.A.*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.  
[https://www.academia.edu/32909389/Noventa\\_por\\_cento\\_de\\_ferro\\_nas\\_cal%C3%A7adas\\_minera%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_sub\\_desenvolvimentos\\_em\\_munic%C3%ADpios\\_minerados\\_pela\\_Vale\\_S.A?email\\_work\\_card=title](https://www.academia.edu/32909389/Noventa_por_cento_de_ferro_nas_cal%C3%A7adas_minera%C3%A7%C3%A3o_e_sub_desenvolvimentos_em_munic%C3%ADpios_minerados_pela_Vale_S.A?email_work_card=title)

Feijó, J. (2011). *Biscates, boladas e manobras – estratégias de compensação salarial de trabalhadores moçambicanos em Maputo*. In Maneschy et al. *Nos dois lados do Atlântico: trabalhadores, organizações e sociabilidades*. Belém: Editora Paka-Tatu, pp. 95-112.

Feijó J., (2015) *Orientações culturais e recursos de poder – Relações laborais em Maputo*. Alcance Editores, Maputo, Mozambique.

Feijó J., (2016) *Do eldorado ao protesto social: algumas dinâmicas da Sociedade Civil na Província de Tete*. Boletim informativo in *Justiça Ambiental*, Maputo, Mozambique.

FEIJÓ, J. (2016b) *Investimentos, assimetrias e movimentos de protesto na província de Tete* in *Observador Rural*, nº44, pp. 1-30.

Feijó J., Agy A., Raimundo I., Ibraimo M., Muanamoha R., (2017) *Movimentos Migratórios para Áreas de Concentração de Grandes Projectos*, PubliFix – Edições, Maputo, Moçambique

Gesualdi F., Bossi D. (2010) *Il prezzo del ferro*. Editrice Missionaria Italiana, Bologna.

Kélia R. Castel-Branco C.N. e Isaac G., (2017) *“Restauração da dignidade do nosso povo”: de salários sectoriais a um salário mínimo nacional na África do Sul* in *Emprego e transformação económica e social em Moçambique*, IESE, Maputo, Mozambique.

IndustriAll Global Union (2019), *Manual de Educação Sindical para Circulos de Estudo*, elaborado dal gruppo tecnico di educazione e formazione sindacale, Mozambique.

INE (2007) *Recenseamento Geral da População e Habitação 2007 – Indicadores sociodemográficos distritais, Provincia de Tete* - Moçambique

INE (2015) *INQUERITO AOS ORCAMENTOS FAMILIARES 2014/15 PRINCIPAIS RESULTADOS* - Moçambique

INE (2015) *INQUERITO AOS ORCAMENTOS FAMILIARES 2014/15 PRINCIPAIS RESULTADOS - RELATÓRIO DO MÓDULO DA FORÇA DE TRABALHO* – Moçambique

INE (2017) *IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017 Resultados Definitivos* – Moçambique

Isaacman A., Isaacman B. (2013) *Dams, displacement and the delusion of development: Cahora Bassa and its legacies in Mozambique (1965 – 2007)* Ohio University Press, Athens.

Kabemba C., Nhancale C., (2019) *COAL VERSUS COMMUNITIES: Exposing poor practices by Vale and Rio Tinto in Mozambique*, Southern Africa Resource Watch

Mosca J., Selemane T. (2011), *El dorado Tete: os mega projetos de mineração*. CIP, Moçambique.

Mosca J., (2011), *Políticas Agrárias de (em) Moçambique*, Escolar Editoria, Maputo

Mosca J., Selemene T., (2012) *Mega-projetos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza: o caso de Tete* in *Desafios para Moçambique 2012*, IESE, Maputo.

Mosca J., (2014) *Agricultura familiare in Mozambico: la politica di non avere politica?* In *Afriche e Orienti Numero Speciale 2014*

Republica de Moçambique - Lei de minas nº 14/02

Republica de Moçambique – Ministerio da agricultura e segurança alimentar. Anuário de Estatísticas Agrárias 2012-2014

Republica de Moçambique – Ministerio da agricultura e segurança alimentar. Plano Estrategico de Desenvolvimento Agrario – PEDSA 2011-2020.

Republica de Moçambique – Ministerio da Administração Estatal. *Perfil do distrito de Moatize, Provincia de Tete*. 2005

Republica de Moçambique – Ministerio da Administração Estatal. *Perfil do distrito de Moatize, Provincia de Tete*. 2014

Republica de Moçambique – Ministerio do Trabalho, Emprego e Segurança Social. *Estatísticas sobre o mercado do trabalho 2009 – 2018*

Republica de Moçambique – Plano Quinquenal do Governo (2015-2019)

Republica de Moçambique - Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas (Decreto nº 31/2012)

Selemene T. (2016), *TETE E CATEME: ENTRE A IMPLOÇÃO DO EL DORADO E A CONTÍNUA DEGRADAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS REASSENTADOS* in *Observator Rural (OMR) nº45*, Maputo, Mozambique.

Selemene T., (2017) *INDÚSTRIA EXTRACTIVA EM MOÇAMBIQUE GUIA PRÁTICO DE MONITORIA DA INDÚSTRIA EXTRACTIVA POR ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E COMUNIDADES LOCAIS* in SEKELEKANI, Maputo, Moçambique.



Selemane T. *Acesso à informação sobre Indústria Extractiva em Moçambique* in SEKELEKANI, Maputo, Mozambique

World Bank, *A strategy for Africa Mining*, Washington DC, 1992

World Bank, *Mining and development – mining reform and the World Bank providing a policy framework for development*, Washington DC, 2003

World Bank, *Actualidade Económica de Moçambique. Enfrentando escolhas difíceis* (Mozambique Economic Update - MEU), Washington DC, 2016

